



Edital nº 02 de 15 de setembro de 2025

O INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR, PREVIDÊNCIA, SEGURIDADE SOCIAL E SERVIÇOS - INSTITUTO ANASPS, de acordo com a Lei nº 9.717/1998, as Portarias MTP nº 1.467/2022 e SRPC/MPS Nº 1.410, de 4 de julho de 2025 e com a versão 1.5 do Manual de Certificação Profissional dos RPPS autorizada pela Portaria MPS-SRPC nº 3887, de 12 de dezembro de 2024, que estabelece as normas e procedimentos para inscrição e participação nos cursos de Certificação mediante Curso de Capacitação Profissional (CCP) e Certificação mediante Curso de Atualização Profissional (CAP) dos dirigentes dos órgãos ou entidades gestoras dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), membros dos conselhos deliberativos e fiscais, responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos e membros dos comitês de investimentos, torna público o seguinte Edital:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Direção Geral da Faculdade Anasps torna público o Edital de chamamento para ingresso aos cursos de Certificação mediante Curso de Capacitação Profissional (CCP) e Certificação mediante Curso de Atualização Profissional (CAP).

1.2. As inscrições estarão abertas no período de **16 de setembro a 31 de dezembro de 2025**, devendo ser realizadas pelo site: **www.faculdadeanasps.com.br**.

1.3. Este edital se destina a profissionais vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), incluindo dirigentes das unidades gestoras, membros dos conselhos deliberativos e fiscais, responsáveis pela gestão dos investimentos, integrantes dos comitês de investimentos e demais pessoas interessadas em obter a certificação profissional ou em aprimorar seus conhecimentos técnicos e operacionais sobre os RPPS.

1.4. Os cursos ofertados atendem às exigências legais e regulamentares para exercício de funções estratégicas no âmbito dos RPPS, além de promoverem a capacitação continuada e a formação de novos profissionais.

1.5. As certificações serão concedidas conforme os critérios estabelecidos no Manual de Certificação Profissional dos RPPS, observando carga horária, frequência mínima, desempenho acadêmico e outros requisitos específicos de cada curso.

1.6. A certificação obtida será graduada no nível avançado para dirigentes de unidade gestora dos RPPS, responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos e membros do Comitê de Investimentos, e no nível intermediário para membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal:

- a) Curso de Capacitação de Dirigentes de Unidade Gestora de RPPS – CP RPPS DIRIG III;
- b) Curso de Capacitação de Conselheiros de RPPS – CP RPPS CODEF II; e
- c) Curso de Capacitação do Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros de Comitê de Investimentos de RPPS – CP RPPS CGINV III.

1.7. Os profissionais que já possuem certificação válida e desejam realizar sua atualização poderão



se inscrever nos cursos de atualização, conforme o tipo de certificação previamente obtida.

1.8. A participação em um curso de atualização não confere nova certificação, mas sim a renovação da certificação existente, respeitando o tipo e nível anteriormente conquistado.

2. DOS CURSOS OFERECIDOS

2.1. Todos os cursos serão oferecidos na modalidade de Educação a Distância (EaD), combinando aulas síncronas (ao vivo) e atividades assíncronas.

2.2. Os encontros síncronos ocorrerão, preferencialmente, duas vezes por semana, às segundas-feiras e quintas-feiras, no horário das 19h30 às 22h00 (horário de Brasília).

2.3. Nas aulas síncronas, o participante interage em tempo real com o professor e demais colegas por meio de plataformas virtuais, permitindo esclarecimento de dúvidas e discussões imediatas.

2.4. Todas as aulas são gravadas e disponibilizadas posteriormente, de forma que cada aluno possa rever o conteúdo no momento mais conveniente ou recuperar temas caso não possa assistir ao vivo.

2.5. As atividades assíncronas compreendem leituras, vídeos e tarefas práticas, tais como a elaboração de trabalhos ou projetos, que deverão ser entregues por meio da plataforma de aprendizagem.

2.6. Os cursos de formação, para fins de certificação profissional dos gestores de RPPS, são:

a) Curso de Capacitação de Dirigentes de Unidade Gestora de RPPS – Nível Avançado:

Carga Horária Total: 81 horas – 10 semanas

Estrutura Curricular: 4 Módulos e 8 Disciplinas

- **Módulo 1** - Administração Pública e Gestão dos RPPS:
 - Disciplina 1** – Administração Pública e Previdência Social.
 - Disciplina 2** – Legislação e Normas Regulamentadoras dos RPPS.
 - Disciplina 3** – Plano de Benefícios nos RPPS.
- **Módulo 2** - Gestão Atuarial, Contábil e de Investimentos nos RPPS:
 - Disciplina 4** – Gestão Atuarial e Contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social.
 - Disciplina 5** – Gestão dos Investimentos (Legislação Específica e Fundos de Investimento no RPPS).
- **Módulo 3** - Governança, Compliance e Controle no RPPS:
 - Disciplina 6** – Certificação Institucional, Governança e Compliance no RPPS.
 - Disciplina 7** – Controle, Responsabilidades e Inelegibilidades no RPPS.
- **Módulo 4** - Regime Jurídico e Planejamento Estratégico na Administração Pública:
 - Disciplina 8** – Regime Jurídico, Gestão de Pessoas e Planejamento Orçamentário do



Serviço Público.

Objetivos do Curso:

- Compreender a base legal e os princípios da Administração Pública que impactam a gestão do RPPS;
- Dominar fundamentos constitucionais e legais sobre Seguridade Social e RPPS;
- Entender a organização e o funcionamento do RPPS, com foco em benefícios, custeio e gestão atuarial;
- Aplicar conhecimentos contábeis e conhecer o processo de compensação previdenciária no âmbito do RPPS;
- Planejar e acompanhar a gestão de investimentos conforme normas, riscos e limites legais;
- Compreender a governança, a ética e o compliance e a importância do controle interno e externo;
- Reconhecer as responsabilidades e inelegibilidades dos dirigentes, bem como a legislação penal e administrativa aplicável;
- Utilizar ferramentas de planejamento, gestão de pessoas e governança para o desenvolvimento do RPPS

Certificação obtida: CP RPPS DIRIG III

b) Curso de Capacitação de Conselheiros de RPPS – Nível Intermediário:

Carga Horária Total: 69 horas – 9 semanas

Estrutura Curricular: 3 Módulos e 6 Disciplinas

- **Módulo 1** - Administração Pública e Gestão dos RPPS:
 - Disciplina 1** – Administração Pública e Previdência Social.
 - Disciplina 2** – Legislação e Normas Regulamentadoras dos RPPS.
- **Módulo 2** - Gestão Atuarial, Contábil e de Investimentos nos RPPS:
 - Disciplina 3** – Gestão Atuarial e Contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social.
 - Disciplina 4** – Gestão dos Investimentos (Legislação Específica e Fundos de Investimento no RPPS).
- **Módulo 3** - Governança, Compliance e Controle no RPPS:
 - Disciplina 5** – Certificação Institucional, Governança e Compliance no RPPS.
 - Disciplina 6** – Controle, Responsabilidades e Inelegibilidades no RPPS.

Objetivos do Curso:

- Compreender as normas fundamentais da Administração Pública, bem como conceitos e leis que



regem o RPPS.

- Dominar princípios constitucionais referentes à Seguridade Social e aos regimes previdenciários.
- Identificar a organização e funcionamento do RPPS, incluindo regras de benefícios e custeio.
- Entender a relevância da gestão atuarial para a sustentabilidade do RPPS.
- Conhecer os principais instrumentos de investimentos e a legislação relacionada, com enfoque no papel dos conselheiros no acompanhamento e na supervisão.
- Aplicar noções básicas de contabilidade e compensação previdenciária para análise e fiscalização.
- Reconhecer as responsabilidades, atribuições e inelegibilidades dos conselheiros, entendendo o papel da governança, ética e compliance.
- Desenvolver a capacidade de atuar de forma eficaz no Conselho Deliberativo e Fiscal, contribuindo para a boa governança do RPPS.

Certificação obtida: CP RPPS CODEF II

c) Curso de Capacitação do Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos de RPPS – Nível Avançado:

Carga Horária Total: 102 horas – 13 semanas

Estrutura Curricular: 5 Módulos e 9 Disciplinas

- **Módulo 1** - Estrutura Legal e Normas Regulamentadoras dos RPPS:
Disciplina 1 – Legislação e Normas Regulamentadoras dos RPPS.
- **Módulo 2** - Gestão Atuarial, Contábil e de Investimentos nos RPPS:
Disciplina 2 – Gestão Atuarial e Contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social.
Disciplina 3 – Gestão dos Investimentos (Legislação Específica e Fundos de Investimento no RPPS).
- **Módulo 3** - Governança, Compliance e Controle no RPPS:
Disciplina 4 – Certificação Institucional, Governança e Compliance no RPPS.
Disciplina 5 – Controle, Responsabilidades e Inelegibilidades no RPPS.
- **Módulo 4** - Economia, Sistema Financeiro e Instrumentos de Mercado:
Disciplina 6 – Sistema Financeiro, Conceitos de Economia e Matemática Financeira.
Disciplina 7 – Instrumentos Financeiros, Mercado de Capitais e Derivativos.
- **Módulo 5** - Teoria de Carteiras, Alocação de Ativos e Gestão de Risco:
Disciplina 8 – Teoria de Carteiras e Alocação de Ativos.
Disciplina 9 – Avaliação de Desempenho e Gestão de Risco em Investimentos.

Objetivos do Curso:



- Dominar fundamentos de Seguridade Social e as principais disposições sobre regimes previdenciários (RGPS, RPPS e RPC).
- Entender a estrutura e funcionamento do RPPS, incluindo regras de benefícios, custeio e bases atuariais.
- Aprofundar conhecimentos de gestão dos investimentos: tipos de ativos, legislação específica, limites, vedações e monitoramento de riscos.
- Aplicar conceitos de contabilidade pública e compensação previdenciária, incluindo práticas e legislação vigentes.
- Conhecer o processo de certificação institucional (Pró-Gestão RPPS) e índices de situação previdenciária, bem como a regulação e fiscalização do Ministério da Previdência Social.
- Reconhecer as responsabilidades legais, inelegibilidades e implicações penais e administrativas que envolvem a gestão de recursos de RPPS.
- Assimilar conceitos de governança, ética, compliance, controle interno e gestão de pessoas no contexto da gestão previdenciária.

Certificação obtida: CP RPPS CGINV III

2.7. Também serão ofertados cursos de atualização profissional, destinados exclusivamente aos profissionais que já possuem certificação válida.

2.8. A certificação concedida após aprovação do curso de atualização profissional será do mesmo tipo e nível já obtido.

2.9. Os cursos de formação, para fins de atualização da certificação profissional dos gestores de RPPS, são:

a) Curso de Atualização Profissional para Dirigentes de Unidade Gestora de RPPS:

Carga Horária Total: de 42 horas a 51 horas (dependendo das optativas)

Estrutura Curricular: 2 Disciplinas Obrigatórias e 2 Optativas

- **Disciplina Obrigatória 1** – Gestão Atuarial e Contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social.
- **Disciplina Obrigatória 2** – Gestão dos Investimentos (Legislação Específica e Fundos de Investimento no RPPS).
- **Disciplinas Optativas (escolher 2):**
 - **Disciplina Optativa 1** – Administração Pública e Previdência Social.
 - **Disciplina Optativa 2** – Legislação e Normas Regulamentadoras dos RPPS.
 - **Disciplina Optativa 3** – Plano de Benefícios nos RPPS.
 - **Disciplina Optativa 4** – Certificação Institucional, Governança e Compliance no RPPS.
 - **Disciplina Optativa 5** – Controle, Responsabilidades e Inelegibilidades no RPPS.



- **Disciplina Optativa 6** – Regime Jurídico, Gestão de Pessoas e Planejamento Orçamentário do Serviço Público.

b) Curso de Atualização Profissional para Conselheiros de RPPS:

Carga Horária Total: de 36 horas a 48 horas (dependendo da optativa)

Estrutura Curricular: 3 Disciplinas Obrigatórias e 1 Optativa

- **Disciplina Obrigatória 1** – Gestão Atuarial e Contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social
- **Disciplina Obrigatória 2** – Certificação Institucional, Governança e Compliance no RPPS
- **Disciplina Obrigatória 3** - Controle, Responsabilidades e Inelegibilidades no RPPS
- **Disciplinas Optativas (escolher 1):**
 - **Disciplina Optativa 1** – Administração Pública e Previdência Social
 - **Disciplina Optativa 2** – Legislação e Normas Regulamentadoras dos RPPS
 - **Disciplina Optativa 3** – Gestão dos Investimentos (Legislação Específica e Fundos de Investimento no RPPS)

c) Curso de Atualização Profissional para Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros de Comitê de Investimentos de RPPS:

Carga Horária Total: de 51 horas a 63 horas (dependendo da optativa)

Estrutura Curricular: 4 Disciplinas Obrigatórias e 1 Optativa

- **Disciplina Obrigatória 1** – Sistema Financeiro, Conceitos de Economia e Matemática Financeira.
- **Disciplina Obrigatória 2** – Instrumentos Financeiros, Mercado de Capitais e Derivativos.
- **Disciplina Obrigatória 3** – Teoria de Carteiras e Alocação de Ativos.
- **Disciplina Obrigatória 4** – Avaliação de Desempenho e Gestão de Risco em Investimentos.
- **Disciplinas Optativas (escolher 1)**
 - **Disciplina Optativa 1** – Legislação e Normas Regulamentadoras dos RPPS.
 - **Disciplina Optativa 2** – Gestão Atuarial e Contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social.
 - **Disciplina Optativa 3** – Gestão dos Investimentos (Legislação Específica e Fundos de Investimento no RPPS).
 - **Disciplina Optativa 4** – Certificação Institucional, Governança e Compliance no RPPS.
 - **Disciplina Optativa 5** – Controle, Responsabilidades e Inelegibilidades no RPPS.

2.10. Os conteúdos programáticos de cada curso estarão disponíveis em anexo a este edital e contemplarão as competências técnicas exigidas para o exercício das funções certificadas conforme estabelecido na a versão 1.5 do Manual de Certificação Profissional dos RPPS.



3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. No ato da inscrição, obrigatoriamente, o(a) candidato(a) deverá digitalizar e anexar cópia dos seguintes documentos:

- RG, CPF e comprovante de residência.

3.2. Para a matrícula nos cursos de atualização profissional, será obrigatória a apresentação do certificado de certificação anterior correspondente.

3.3. O certificado deverá estar válido durante todo o período de realização do curso de atualização, inclusive até a data de sua conclusão.

3.4. As inscrições para os cursos previstos neste edital estarão disponíveis no período de 16 de setembro a 31 de dezembro de 2025, por meio do site www.faculdadeanasps.com.br.

4. VALORES

4.1 Os cursos oferecidos neste edital terão seus valores definidos conforme a tabela de preços abaixo, respeitando critérios de equidade, incentivo à formação continuada e à ampliação do acesso à certificação profissional:

Curso	Nº vagas	Valor
Curso de Capacitação de Dirigentes de Unidade Gestora de RPPS – Nível Avançado	150	R\$ 1.800,00
Curso de Capacitação de Conselheiros de RPPS – Nível Intermediário	150	R\$ 1.500,00
Curso de Capacitação do Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros de Comitê de Investimentos de RPPS – Nível Avançado	150	R\$ 2.200,00
Curso de Atualização Profissional para Dirigentes de Unidade Gestora de RPPS	150	R\$ 1.080,00
Curso de Atualização Profissional para Conselheiros de RPPS	150	R\$ 825,00
Curso de Atualização Profissional para Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros de Comitê de Investimentos de RPPS	150	R\$ 1.320,00



4.2 A Faculdade Anasps se reserva ao direito de conceder descontos especiais para associados Anasps, membros e associados de suas parceiras institucionais, campanhas promocionais e contratações coletivas.

5. DA REALIZAÇÃO DO CURSO

5.1 Imediatamente após a efetivação da matrícula o curso tem seu início e o aluno passa a ter acesso ao mesmo por 180 dias.

5.2 Após a confirmação da matrícula, os alunos receberão acesso ao e-mail institucional da Faculdade Anasps, o qual será utilizado para acessar as ferramentas virtuais como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e os links das aulas ao vivo.

5.3 Os alunos serão adicionados a um grupo de WhatsApp da respectiva turma, por meio do qual receberão informações importantes sobre o curso, como lembretes, links das aulas, orientações administrativas e comunicados institucionais.

5.4 No dia e horário marcado para cada aula síncrona, o aluno deverá acessar o link da transmissão ao vivo utilizando, obrigatoriamente, o e-mail institucional fornecido pela Faculdade Anasps no ato da matrícula.

5.5 O acesso ao AVA é obrigatório para acompanhamento do curso. Nesse ambiente, o aluno encontrará as informações sobre cada disciplina, cronograma de aulas síncronas, nome do professor, materiais de leitura, vídeos complementares e orientações para a realização de atividades e trabalhos.

5.6 Todos os trabalhos e atividades complementares solicitados durante o curso deverão ser entregues exclusivamente por meio do AVA, respeitando os prazos estipulados pelo docente responsável pela disciplina.

5.7 Para aprovação no curso, o aluno deverá atingir no mínimo 75% de frequência nas aulas síncronas ou assíncronas interativas. As aulas serão gravadas e disponibilizadas posteriormente no AVA para fins de revisão e consulta.

5.8 A presença nas aulas será registrada por meio de ferramenta eletrônica disponibilizada pela Faculdade Anasps. A frequência e a interação dos alunos nas aulas ao vivo serão monitoradas e documentadas digitalmente para comprovação oficial junto ao processo de certificação.

6. DA AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO

6.1. **Avaliação Formativa (contínua):** Durante as aulas, o instrutor poderá aplicar atividades de participação, debates em fóruns, exercícios práticos e/ou pequenos questionários. Essa avaliação tem o objetivo de acompanhar o progresso do aluno, identificar lacunas de aprendizagem e oferecer feedback contínuo.

6.2. **Avaliação ao Final de Cada Módulo (sumativa):** Ao término de cada um dos módulos do curso, será aplicada uma avaliação (objetiva, discursiva ou estudo de caso) para verificar o domínio dos conteúdos específicos daquele módulo. O aluno deverá obter aproveitamento mínimo de 70% em cada um dos módulos para ser considerado aprovado.



6.3. Durante a avaliação final de cada módulo, o aluno deverá acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e realizar a prova de forma individual, sem consulta a materiais externos ou auxílio de terceiros. A plataforma utilizada adotará mecanismos seguros e confiáveis para evitar ou minimizar fraudes em ambiente online, com o uso de tecnologias, podendo ser conduzido por equipe humana especializada ou por meio de inteligência artificial. Dentre os recursos adotados, destacam-se:

- a) Monitoramento via webcam, com gravação do momento da realização da prova;
- b) Reconhecimento facial, para assegurar que o próprio candidato está realizando a avaliação;
- c) Detecção de movimentos suspeitos, com análise de gestos e olhares por algoritmos para identificar possíveis colas;
- d) Análise de sons e ambiente, capaz de captar ruídos suspeitos e detectar a presença de terceiros no local;
- e) Bloqueio de navegação e monitoramento da tela, incluindo:
 - Utilização de browser seguro que impede o uso de outras abas;
 - Detecção de múltiplas telas ou monitores conectados;
 - Registro de teclas pressionadas, com análise de padrões considerados atípicos;
- f) Realização de auditorias posteriores, em caso de suspeita de fraude, com a análise detalhada de evidências coletadas durante a aplicação da prova.

6.4. **Recuperação:** Caso o aluno não atinja a nota mínima em determinado módulo, terá direito a realizar uma atividade de recuperação. A nota final do módulo, após a recuperação, será calculada pela média aritmética entre a nota original e a nota da atividade de recuperação. Para aprovação, será exigido aproveitamento mínimo de 60%.

6.5. **Média Final:** A aprovação no curso está condicionada à obtenção de nota igual ou superior a 70% em todos os módulos.

6.6. **Frequência:** Além dos critérios de desempenho acadêmico, o aluno deverá cumprir no mínimo 75% de frequência nas aulas síncronas (ao vivo) ou nas assíncronas interativas, com participação efetiva nas atividades obrigatórias.

7. DA EMISSÃO E VALIDADE DO CERTIFICADO

7.1. Ao final do curso, os alunos que cumprirem todos os requisitos de aprovação (nota mínima de 70% em cada módulo e frequência mínima de 75%) receberão o certificado correspondente, emitido pela Faculdade Anasps.

7.2. Os certificados conterão obrigatoriamente as informações definidas pelo Ministério da Previdência Social:

- a) Dados pessoais do profissional certificado: nome completo e número do CPF;
- b) Tipo de certificado, conforme o curso realizado:
 - Dirigentes de Unidade Gestora de RPPS, nível avançado – CP RPPS DIRIG III; ou
 - Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do RPPS, nível intermediário – CP RPPS CODEF II; ou
 - Responsável pela Gestão das Aplicações dos Recursos do RPPS e Membros do Comitê de Investimentos, nível avançado – CP RPPS CGINV III.



c) Forma de certificação aplicada:

- Curso de Capacitação Profissional - CCP; ou
- Curso de Atualização Profissional – CAP

d) Data de emissão do certificado, correspondente à data de conclusão do curso;

e) Prazo de validade do certificado, que será de 4 (quatro) anos a contar da data de emissão.

7.3. No caso dos cursos de atualização profissional, o certificado emitido será correspondente ao mesmo tipo e nível da certificação anteriormente obtida pelo participante, com validade renovada por mais 4 (quatro) anos a partir da data de conclusão do curso de atualização.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Os participantes são responsáveis pela veracidade e autenticidade de todas as informações e documentos fornecidos durante o processo de inscrição, matrícula e realização do curso.

8.2. A constatação de qualquer irregularidade poderá implicar em desclassificação imediata, cancelamento da matrícula ou invalidação da certificação emitida.

8.3. É expressamente vedado ao participante burlar o sistema de frequência, realizar atividades avaliativas em nome de terceiros ou permitir que outra pessoa se passe por ele durante as aulas ou avaliações.

8.4. A constatação de qualquer dessas práticas ensejará sanções administrativas, inclusive com comunicação às autoridades competentes, quando cabível.

8.5. Todos os dados pessoais coletados durante o processo de inscrição e realização dos cursos serão tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), sendo utilizados exclusivamente para fins educacionais e institucionais, com garantia de confidencialidade e segurança.

8.6. O descumprimento das regras e critérios estabelecidos neste edital, bem como a prática de condutas antiéticas, ilícitas ou incompatíveis com os objetivos dos cursos, poderá acarretar penalidades como advertência, desligamento do curso e perda do direito à certificação.

8.7. As situações omissas ou não previstas neste edital serão analisadas e decididas pela Comissão de Certificação da Faculdade Anasps, com base na legislação vigente e nas diretrizes institucionais aplicáveis.

8.8. Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos adicionais, os candidatos deverão entrar em contato com a equipe da Faculdade Anasps pelos seguintes canais oficiais:

- E-mail: [rpps@faculdadeanasps.com.br]
- Site: www.faculdadeanasps.com.br
- Telefone/WhatsApp: [61 3321-1277]

Brasília/DF, 16 de setembro de 2025.



Alexandre Barreto Lisboa
Diretor Geral
Faculdade Anasps

Anexo I - Estrutura Curricular do Curso de Capacitação de Dirigentes de Unidade Gestora de RPPS – Nível Avançado

Módulo 1 - Administração Pública e Gestão dos RPPS

Este módulo integra conteúdos fundamentais sobre a estrutura e os princípios da Administração Pública, bem como os diversos regimes de previdência (RGPS, RPPS e RPC) e as principais alterações introduzidas pela EC nº 103/2019. Ao longo das aulas, serão detalhadas as normas legais e regulamentações que regem os Regimes Próprios de Previdência Social, sobretudo a Lei nº 9.717/1998, a Portaria MPS nº 1.467/2022 e demais legislações relacionadas ao plano de custeio, ao uso e à compensação dos recursos previdenciários. Além disso, o estudo sobre o Plano de Benefícios do RPPS aprofundará as regras de concessão e acumulação de benefícios, a limitação de valores com a instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC) e os procedimentos de comprovação do tempo de contribuição e definição de bases de cálculo.

Disciplina 1 – Administração Pública e Previdência Social	Carga Horária: 9 horas (2 aulas)
Ementa: Esta disciplina aborda os fundamentos constitucionais e legais que regem a Administração Pública, incluindo princípios, estrutura, regime jurídico e instrumentos de planejamento orçamentário, bem como a evolução e o funcionamento dos regimes de previdência social no Brasil. Serão estudados os conceitos de agentes públicos, atos administrativos e suas características, além de legislações específicas como a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e o Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999). No âmbito previdenciário, enfoca-se o conceito de Previdência Social, os diferentes regimes (RGPS, RPPS, RPC) e o impacto das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019.	
Conteúdo Programático Detalhado: - Princípios Constitucionais e Normas da Administração Pública - Princípios da Administração Pública (Constituição Federal, arts. 37 ao 41) - Organização administrativa: administração direta e indireta - Agentes Públicos e Regime Jurídico - Conceito e classificação de agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos, agentes delegados e agentes credenciados - Regime jurídico do serviço público:	



- 2.2.1. Conceitos de cargo público, posse e exercício
- 2.2.2. Provimento (nomeação, promoção, aproveitamento, reintegração, readaptação, reversão e recondução)
- 2.2.3. Vacância (promoção, exoneração, aposentadoria, demissão, remoção, substituição)
3. Noções de Ciclo Orçamentário
 - 3.1. Plano Plurianual (PPA)
 - 3.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
 - 3.3. Lei Orçamentária Anual (LOA) (CF, art. 165)
4. Ato Administrativo
 - 4.1. Conceito
 - 4.2. Requisitos, elementos e atributos
 - 4.3. Discricionariedade e vinculação
 - 4.4. Classificação e espécies
 - 4.5. Extinção e prescrição
5. Poderes, Deveres e Prerrogativas da Administração
 - 5.1 Poder vinculado e poder discricionário
 - 5.2 Deveres e prerrogativas do administrador público
 - 5.3 Limites e controles do exercício do poder administrativo
6. Legislações Específicas
 - 6.1. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – artigos 28 e 89 a 95.
 - 6.2. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) – artigos 23 ao 32.
 - 6.3. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) – artigos 1º ao 14.
 - 6.4. Lei nº 9.784/1999 (Processo Administrativo Federal) – princípios, direitos e deveres no processo administrativo.
7. Previdência Social
 - 7.1. Conceito de Seguridade Social e Previdência Social (CF/1988, art. 194)
 - 7.2. Regimes de Previdência:
 - 7.2.1. Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – CF/1988, art. 201
 - 7.2.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – CF/1988, art. 40
 - 7.2.3. Regime de Previdência Privada Complementar (RPC) – CF/1988, art. 202
 - 7.3. Emenda Constitucional nº 103/2019 – principais alterações, com destaque para os arts. 9º e 33.

Objetivos da Disciplina

- Compreender os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública e a organização administrativa (direta e indireta).
- Identificar as categorias de agentes públicos e os principais aspectos do regime jurídico aplicável aos servidores.
- Diferenciar as fases do ciclo orçamentário e sua importância para a execução das políticas públicas.
- Reconhecer o ato administrativo em seus elementos e atributos, bem como os poderes, deveres e prerrogativas da Administração Pública.
- Familiarizar-se com legislações específicas que afetam diretamente a atuação da Administração Pública (licitações, LGPD, LAI e Processo Administrativo Federal).
- Entender o conceito de Previdência Social, os regimes previdenciários vigentes (RGPS, RPPS, RPC) e as mudanças trazidas pela EC nº 103/2019.

Metodologia

- Aulas expositivas e dialogadas sobre fundamentos teóricos e aspectos práticos da Administração



Pública e da Previdência Social.

- Estudo de casos envolvendo situações de licitação, aplicação de leis e processos administrativos.
- Leitura e análise de legislação, jurisprudência e normativos correlatos.
- Debates em grupo para troca de experiências e consolidação do aprendizado.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- BRASIL. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).
- BRASIL. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- BRASIL. Lei nº 9.784/1999 (Processo Administrativo Federal).
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência)

Disciplina 2 – Legislação e Normas Regulamentadoras dos RPPS

Carga Horária: 12 horas (3 aulas)

Ementa:

Esta disciplina aborda a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com ênfase nas normas gerais estabelecidas pela Lei nº 9.717/1998 e pela Portaria MPS nº 1.467/2022, além da legislação que dispõe sobre o plano de custeio e a compensação previdenciária entre regimes. Serão apresentados os dispositivos legais referentes aos segurados e beneficiários, à gestão e à utilização dos recursos do RPPS, bem como as regras de concessão, acumulação e limitação de benefícios. Também serão examinados os aspectos relativos ao caráter contributivo, à base de cálculo, aos limites de contribuição, aos parcelamentos de débitos e às normas que regem a compensação previdenciária (Lei nº 9.796/1999, Decreto nº 10.188/2019 e Portaria MPS nº 1.400/2024), incluindo adesão ao sistema Comprev e procedimentos de cálculo, pagamento e revisão.

Conteúdo Programático Detalhado:

1. Lei nº 9.717/1998 – Normas Gerais de Organização e Funcionamento dos RPPS
 - 1.1. Abrangência, vedações e diretrizes gerais
 - 1.2. Requisitos mínimos para funcionamento do RPPS
 - 1.3. Fiscalização e competência do Ministério da Previdência Social
2. Portaria MPS nº 1.467/2022
 - 2.1. Segurados e Beneficiários (arts. 3º ao 6º)
 - Definição de segurados e dependentes
 - Filiação, inscrição e características da proteção previdenciária
 - 2.2. Gestão dos Regimes Próprios (arts. 71 ao 75)
 - Organização da unidade gestora
 - Competências e responsabilidades
 - Controles internos e externos da gestão
 - 2.3. Utilização dos Recursos Previdenciários (arts. 81 ao 84)
 - Princípios de aplicação e segurança dos recursos
 - Vedações e penalidades em caso de uso indevido
 - 2.4. Responsabilidade do Ente Federativo em Caso de Extinção do RPPS (art. 181)
 - Condições e obrigações para migração ou extinção do regime



- Garantias aos segurados e forma de cobertura do passivo previdenciário
- 3. Benefícios no RPPS
 - 3.1. Concessão de Benefícios (art. 157)
 - Requisitos e condições para aposentadorias, pensões e outros benefícios
 - Procedimentos para concessão
 - 3.2. Limitação dos Valores dos Benefícios com a Instituição do RPC (art. 158)
 - Vínculo do RPPS com o Regime de Previdência Complementar
 - Reflexos no teto dos benefícios concedidos
 - 3.3. Regras de Acumulação de Benefícios (art. 165)
 - Situações em que a acumulação é permitida
 - Vedação à acumulação de determinadas prestações
- 4. Plano de Custeio do RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022
 - 4.1. Caráter Contributivo (arts. 7º ao 10)
 - Princípios de equilíbrio financeiro e atuarial
 - Quem deve contribuir e sobre quais bases
 - 4.2. Limites de Contribuição (art. 11)
 - Percentuais mínimos e máximos
 - Possíveis variações conforme faixas remuneratórias
 - 4.3. Base de Cálculo de Contribuições (art. 12)
 - Incidência sobre remuneração, proventos e pensões
 - Exclusões e isenções
 - 4.4. Parcelamento de Débitos (arts. 14 ao 17)
 - Procedimentos, prazos e condições para parcelar contribuições devidas
 - Penalidades e medidas de cobrança
 - 4.5. Dação em Pagamento (art. 187)
 - Condições em que o ente pode efetuar pagamento de débitos mediante bens ou direitos
 - 4.6. Contribuição dos Segurados Cedidos, Afastados e Licenciados (Capítulo III, Seção V)
 - Regras específicas de recolhimento para servidores em outras esferas ou afastados
- 5. Compensação Previdenciária
 - 5.1. Normas da Compensação Previdenciária
 - 5.1.1. Lei nº 9.796/1999
 - Fundamentos jurídicos da compensação entre regimes
 - 5.1.2. Decreto nº 10.188/2019
 - Gestão e operacionalização da compensação
 - 5.1.3. Portaria MPS nº 1.400/2024
 - 5.1.3.1. Disposições Preliminares – Capítulo I
 - Regulamentação da compensação previdenciária
 - 5.1.3.2. Termo de Adesão ao Comprev e Contrato com a Empresa de Tecnologia – Capítulo II
 - 5.1.3.2. Termo de Adesão ao Comprev e Contrato com a Empresa de Tecnologia – Capítulo II



- Documentação necessária e procedimentos de adesão
- Responsabilidades das partes envolvidas
- 5.1.3.3. Tempo de Contribuição – art. 10
- Definição do tempo de contribuição válido
- Comprovação do exercício e competências devidas
- 5.1.3.4. Encaminhamento de Requerimentos – arts. 14 ao 18, 20, 22 e 24 ao 27
- Fluxo de processos e prazos de análise
- Documentação exigida e protocolos de envio
- 5.1.3.5. Análise de Requerimentos – arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46
- Critérios de elegibilidade
- Competências das instâncias analisadoras
- 5.1.3.6. Cálculo das Parcelas – arts. 47, 52, 53 e 58
- Base de cálculo, alíquotas e atualização monetária
- Metodologia de apuração dos valores devidos
- 5.1.3.7. Apuração de Valores – arts. 59, 62, 66, 67 e 68
- Verificação do montante a ser compensado
- Ajustes e eventuais divergências
- 5.1.3.8. Pagamento – arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78
- Formas de pagamento, prazos e encargos
- Penalidades por inadimplência e condições de quitação
- 5.1.3.9. Cessação e Revisão – art. 79, 80 e 86
- Hipóteses de encerramento da compensação
- Abertura de processo de revisão e prazos
- 5.1.3.10. Compensação dos Demais Regimes e Sistemas – arts. 87 e 88
- Aplicação em regimes especiais ou outros sistemas de previdência
- Limites e exigências específicas
- 5.1.3.11. Disposições Finais e Transitórias – arts. 90, 91, 92, 93 e 94
- Ajustes, revogações e prazos de adaptação

Objetivos da Disciplina

- Compreender as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, com base na Lei nº 9.717/1998.
- Interpretar os artigos da Portaria MPS nº 1.467/2022 relativos a segurados, beneficiários, gestão dos regimes, utilização de recursos e plano de custeio.
- Identificar as regras de concessão e limitação de benefícios, além das situações de acumulação.
- Entender os aspectos fundamentais do caráter contributivo, da base de cálculo das contribuições e da formalização de parcelamentos de débitos.
- Conhecer os procedimentos e rotinas da compensação previdenciária, da adesão ao Comprev ao cálculo e pagamento de valores devidos, incluindo revisão e cessação.

Metodologia

- Aulas expositivas enfatizando a análise dos dispositivos legais e administrativos.



- Leitura orientada de legislações e normativos, com discussão em grupo dos aspectos práticos.
- Estudos de caso sobre situações de concessão de benefícios, parcelamentos, compensação previdenciária e extinção de regime.
- Exercícios práticos de interpretação das regras de custeio, compensação e gestão do RPPS.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998. Dispõe sobre regras gerais para organização e funcionamento dos RPPS.
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022. Regulamenta diversos aspectos de gestão e custeio do RPPS.
- BRASIL. Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999. Dispõe sobre a compensação financeira entre os regimes de previdência.
- BRASIL. Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019. Regulamenta procedimentos de compensação previdenciária.
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.400, de 2024. Disciplina o processo de compensação previdenciária por meio do sistema Comprev.

Disciplina 3 – Plano de Benefícios nos RPPS

Carga Horária: 6 horas (1 aula)

Ementa:

Esta disciplina tem como foco o estudo das disposições da Portaria MPS nº 1.467/2022 referentes à concessão de benefícios, regras de acumulação, limitação de valores com a instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC), bem como às disposições gerais aplicáveis ao RPPS e aos requisitos de comprovação de tempo e de base de cálculo para fins contributivos. Serão analisados os aspectos legais e procedimentais do art. 157 (concessão de benefícios), do art. 158 (limitação dos valores dos benefícios), do art. 165 (regras de acumulação), do Capítulo VII, Seção IV (disposições gerais sobre benefícios) e do Capítulo IX (comprovação do tempo de contribuição e definição da base de cálculo).

Conteúdo Programático Detalhado:

1. Portaria MPS nº 1.467/2022: Disposições Gerais sobre Benefícios
 - 1.1. Contextualização da Portaria MPS nº 1.467/2022 no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)
 - 1.2. Competência normativa e efeitos sobre a gestão de benefícios.
2. Concessão de Benefícios (art. 157)
 - 2.1. Conceitos e definições de aposentadorias, pensões e demais prestações
 - 2.2. Requisitos para concessão: carência, tempo de contribuição e idade
 - 2.3. Procedimentos operacionais: instrução processual e concessão administrativa
 - 2.4. Prazos para análise e publicação do ato de concessão
3. Limitação dos Valores dos Benefícios com a Instituição do RPC (art. 158)
 - 3.1. Regime de Previdência Complementar: princípios e objetivos
 - 3.2. Fixação de teto para os benefícios do RPPS vinculado ao RPC
 - 3.3. Implicações para o cálculo de proventos e pensões
 - 3.4. Papel do ente federativo e da entidade de previdência complementar
4. Regras de Acumulação de Benefícios (art. 165)
 - 4.1. Situações em que a acumulação é admitida
 - 4.2. Vedações legais à acumulação



- 4.3. Critérios de interpretação e aplicação em casos concretos
- 4.4. Impactos na concessão de múltiplos benefícios
5. Disposições Gerais sobre Benefícios – Capítulo VII, Seção IV
 - 5.1. Aspectos gerais de manutenção e revisão de benefícios
 - 5.2. Suspensão, restabelecimento ou cessação de benefícios
 - 5.3. Deveres e obrigações dos segurados e do RPPS
 - 5.4. Responsabilidades dos gestores na análise, concessão e controle
6. Comprovação do Tempo e da Base de Cálculo da Contribuição – Capítulo IX
 - 6.1. Documentação exigida e comprovação da atividade exercida
 - 6.2. Atualização monetária, conversão de tempo especial em comum e averbações
 - 6.3. Base de cálculo das contribuições: parcelas incluídas e excluídas
 - 6.4. Reflexos no cálculo dos proventos e pensões.

Objetivos da Disciplina:

- Compreender as disposições legais da Portaria MPS nº 1.467/2022 referentes à concessão e manutenção de benefícios.
- Identificar como ocorre a limitação dos valores dos benefícios nos casos de adoção do Regime de Previdência Complementar (RPC).
- Analisar as regras de acumulação de benefícios, reconhecendo as situações permitidas e as vedações legais.
- Estudar as disposições gerais sobre benefícios, incluindo prazos, obrigações, suspensão e cessação.
- Dominar os procedimentos para comprovar o tempo de contribuição e calcular corretamente a base contributiva, garantindo a segurança jurídica do RPPS.

Metodologia

- Aulas expositivas com aprofundamento nos artigos e capítulos indicados da Portaria MPS nº 1.467/2022.
- Exercícios de aplicação prática para fixar procedimentos de concessão, revisão e verificação de direitos.
- Leitura dirigida de casos reais de concessão de benefícios, com debates sobre fundamentação normativa.
- Discussões em grupo sobre desafios na comprovação de tempo de contribuição e limites de benefícios.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente o art. 40.
- BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 (normas gerais do RPPS).
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (reforma da Previdência).

Módulo 2 - Gestão Atuarial, Contábil e de Investimentos nos RPPS

Este módulo reúne conhecimentos essenciais sobre a gestão atuarial e contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social, bem como a administração de seus recursos financeiros. Na primeira parte, são apresentados os princípios e procedimentos atuariais, com foco na Portaria MPS nº 1.467/2022 e na Lei nº 4.320/1964, além das diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). São discutidos tópicos como equilíbrio financeiro e atuarial, avaliação anual, definição de fluxos, métodos de financiamento, hipóteses



atuariais, base cadastral e estratégias de equacionamento de déficit.

Na sequência, aborda-se a legislação e a prática de gestão de investimentos no RPPS, abrangendo a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MPS nº 1.467/2022, com ênfase na definição de política de investimentos, limites de alocação e diversificação de ativos. Estuda-se, ainda, o funcionamento dos diferentes tipos de instrumentos de renda fixa e renda variável, bem como dos fundos de investimento regulados pela Resolução CVM nº 175/2022 (FIF, FIDC, FII, FIP, ETF, entre outros), com atenção para custódia, registro, gestão de riscos, enquadramentos e vedações.

Disciplina 4 – Gestão Atuarial e Contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social	Carga Horária: 9 horas (2 aulas)
Ementa Aborda os principais aspectos da gestão atuarial e contábil no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com base na Portaria MPS nº 1.467/2022, na Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Destaca o equilíbrio financeiro e atuarial, a avaliação atuarial anual, a definição de fluxos, métodos de financiamento, hipóteses atuariais, base cadastral, apuração de custos e compromissos, bem como o equacionamento de déficit e o plano de custeio. Além disso, discute os procedimentos contábeis específicos aplicáveis ao RPPS, incluindo controle orçamentário e execução financeira, de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes.	
Conteúdo Programático Detalhado: Equilíbrio Financeiro e Atuarial (Portaria MPS nº 1.467/2022) 1. Conceito de equilíbrio financeiro e atuarial (art. 25) 2. Noções de sustentabilidade dos RPPS 3. Importância do equilíbrio para concessão de benefícios 4. Avaliação Atuarial Anual (Capítulo IV, Seção I) 1. Objetivos e obrigatoriedade da avaliação atuarial 2. Conteúdo mínimo e periodicidade 3. Responsáveis técnicos e validação 5. Fluxos Atuariais (Capítulo IV, Seção III) 1. Definição dos fluxos de entrada (contribuições) e saída (pagamento de benefícios) 2. Projeções atuariais e seus parâmetros 3. Impactos do comportamento demográfico e econômico nos fluxos 6. Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento (Capítulo IV, Seção V) 1. Diferenças entre regimes de repartição simples, repartição capitalizada e capitalização 2. Métodos de financiamento: conceitos e aplicações 3. Escolha do método adequado e efeitos na contribuição 7. Hipóteses Atuariais (Capítulo IV, Seção VI) 1. Fatores demográficos e biométricos: tábuas de mortalidade, rotatividade, entradas 2. Fatores econômicos: taxa de juros, inflação salarial, crescimento do PIB 3. Definição, fundamentação técnica e atualização periódica 8. Base Cadastral (Capítulo IV, Seção VII) 1. Importância da base de dados para o resultado atuarial 2. Coleta, organização e atualização de informações dos segurados 3. Qualidade e consistência dos dados: riscos e consequências 9. Apuração dos Custos e Compromissos (Capítulo IV, Seção VIII)	



1. Metodologia de apuração de passivos
2. Formação de reservas matemáticas
3. Custo normal e suplementar
10. Plano de Custeio Proposto na Avaliação Atuarial (Capítulo IV, Seção IX)
 1. Elaboração e aprovação
 2. Alíquotas de contribuição de servidores e ente federativo
 3. Adequação às regras de equilíbrio
11. Equacionamento do Déficit Atuarial (Capítulo IV, Seção X)
 1. Identificação das causas do déficit
 2. Estratégias de equacionamento: aportes, contribuições extraordinárias e prazo
 3. Monitoramento e revisão do plano de equacionamento
12. Demonstração de Viabilidade do Plano de Custeio (Capítulo IV, Seção XIV)
 1. Objetivos, estrutura e elaboração
 2. Parâmetros de sustentabilidade
 3. Validação e supervisão
13. Redução do Plano de Custeio (Capítulo IV, Seção XV)
 1. Condições para redução de alíquotas
 2. Critérios de avaliação e limites legais
 3. Registro e acompanhamento
14. Relatório da Avaliação Atuarial (Capítulo IV, Seção XVI)
 1. Elementos mínimos do relatório
 2. Transparência e divulgação
 3. Uso do relatório pelos órgãos de controle
15. Acompanhamento Atuarial (Capítulo IV, Seção XVII)
 1. Monitoramento permanente dos resultados
 2. Obrigações do RPPS e do ente federativo
 3. Revisão das hipóteses e ajustes no plano de custeio
16. Gestão Contábil no RPPS
 1. Portaria MTP nº 1.467/2022 (Capítulo V, Seção III)
Regras contábeis específicas para o RPPS
Normas de transparência, prestação de contas e responsabilidades do gestor
17. Lei nº 4.320/1964 (Títulos VIII e IX)
 - 17.1. Controle da Execução Orçamentária (arts. 75 a 82)
 - Conceitos de controle orçamentário
 - Registros e acompanhamento da execução das despesas e receitas
 - 17.2 Contabilidade Pública (arts. 83 a 106)
 - Principais demonstrações contábeis exigidas
 - Princípios e regras aplicáveis à administração pública
 - 17.3 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III
 - 17.4. Item 4.1: Introdução
 - Objetivos do MCASP e âmbito de aplicação
 - Item 4.2.1: Aspectos Gerais
 - Conceitos e terminologias
 - Item 4.2.2: Aspectos Legais
 - Fundamentação normativa e alinhamento com as NBC TSP (Normas Brasileiras de Contabilidade)



Técnica do Setor Público)

Item 4.2.3: Aspectos Orçamentários e Patrimoniais

- Classificação das receitas e despesas
- Patrimônio público, variações patrimoniais, demonstrações contábeis
IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS
- Aspectos contábeis específicos do RPPS
- Elaboração de relatórios e demonstrações previdenciárias
- Conceitos e terminologias usuais

Objetivos da Disciplina:

- Compreender os requisitos de equilíbrio financeiro e atuarial nos RPPS, incluindo metodologias e hipóteses atuariais.
- Dominar as principais etapas da avaliação atuarial anual, a definição de fluxos e métodos de financiamento e o equacionamento de déficit.
- Capacitar-se para elaborar, analisar e acompanhar o plano de custeio, bem como interpretar a demonstração de viabilidade e o relatório da avaliação atuarial.
- Conhecer as regras e procedimentos contábeis específicos, de controle e transparência, aplicáveis ao RPPS, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP.
- Aplicar os procedimentos exigidos por normas como a Portaria MTP nº 1.467/2022, o MCASP e o IPC 14 para assegurar a correta contabilização e prestação de contas.

Metodologia

- Exposição teórica dos fundamentos atuariais e contábeis, relacionando dispositivos legais e exemplos práticos.
- Leituras orientadas das seções da Portaria MPS nº 1.467/2022 e dos capítulos específicos do MCASP e da Lei nº 4.320/1964.
- Estudos de caso que possibilitem simulações de cálculos atuariais, identificação de déficit e elaboração de relatórios contábeis.
- Discussões em grupo acerca de possíveis cenários e desafios de implantação das normas atuariais e contábeis no RPPS.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022.
- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Disponível em: site da STN.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS.

Disciplina 5 – Gestão dos Investimentos (Legislação Específica e Fundos de Investimento no RPPS)

Carga Horária: 21 horas (5 aulas)

Ementa

Esta disciplina apresenta os principais conceitos, regras e práticas de investimento no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MPS nº



1.467/2022, com ênfase na política de investimentos, alocação de recursos e limites de aplicação. São estudados os instrumentos de renda fixa e renda variável, incluindo títulos públicos e privados, bem como as características dos fundos de investimento regulados pela Resolução CVM nº 175/2022 (Fundos de Investimento Financeiro, FIDC, FII, FIP, ETFs, entre outros). Também se abordam aspectos técnicos de custódia, registro, gestão de riscos, enquadramentos e vedações, visando garantir transparência, segurança e rentabilidade compatíveis com a natureza previdenciária dos recursos.

Conteúdos Programático Detalhado:

1. Legislação Específica dos Investimentos dos RPPS
 - 1.1. Resolução CMN nº 4.963/2021
 - Da Alocação dos Recursos
 - Da Política de Investimentos
 - Segmentos (Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados, Fundos Imobiliários e Empréstimos Consignados)
 - Limites Gerais, Gestão, Custodiante e Outras Contratações
 - Registro dos Títulos e Valores Mobiliários, Controle das Disponibilidades Financeiras e Medidas em Caso de Desenquadramento
 - Vedações específicas
2. Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35
 - Dos Investimentos dos Recursos
 - Da Gestão da Aplicação dos Recursos
 - Da Política de Investimentos
 - Do Credenciamento de Instituições
 - Das Alocações dos Recursos e Avaliação/Monitoramento de Riscos
 - Da Categorização dos RPPS e Aplicações em Títulos Públicos
 - Precificação dos Ativos
 - Transparência, Desenquadramento e Vedações
3. Instrumentos de Renda Fixa
 - 3.1. Definição e Características Gerais
 - Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”
 - Formas de remuneração (prefixada e pós-fixada) e principais indicadores
 - Amortização, pagamento de juros e cupom de taxa real
 - Resgate antecipado, vencimento antecipado, opções de compra
4. Principais Instrumentos
 - 4.1. Títulos Públicos (LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F)
 - Negociação: mercado primário (leilões) e secundário (balcão)
 - Tesouro Direto: conceito e operacionalização
5. Títulos Privados Bancários
 - CDB e Letras Financeiras (LF): conceitos e características
 - Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)
6. Títulos Corporativos



- Debêntures: conceito e características
- Notas Promissórias: prazos, emissores, liquidez e registro
- Títulos do agronegócio (CPR, LCA, CDCA, CRA)
- Títulos do segmento imobiliário (CRI, LCI, CCI)
- Operações compromissadas e caderneta de poupança
- 7. Fundo Garantidor de Crédito (FGC)
 - Produtos e serviços cobertos, limites de garantia e operacionalização
- 8. Instrumentos de Renda Variável
 - 8.1. Definição
 - 8.2. Ações Ordinárias e Preferenciais, ADRs e BDRs, Bônus de Subscrição
- Conceitos, direitos e distinções
- 9. Oferta Primária e Secundária
- 10. Derivativos (Termo, Futuros, Swaps e Opções)
 - Características formais, negociação, custos e riscos
- 11. Negociação, Liquidação e Custódia
 - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC (benefícios, títulos, funcionalidades)
 - Clearing B3 (conceito, garantias, compensação e custódia)
 - Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB
- 12. Fundos de Investimentos
 - 12.1. Resolução CVM nº 175/2022 – Parte Geral
 - Estrutura, Conceitos de Condomínio e Classes de Fundos (abertos e fechados)
 - Segregação Patrimonial, Emissão, Subscrição, Integralização, Resgate e Amortização
 - Negociação com Uso Indevido de Informação Privilegiada e Participação Política
 - Divulgações (cota, rentabilidade, atos ou fatos relevantes)
 - Administração, Gestão, Custódia e Distribuição
 - Limites de Composição e Concentração, Gestão de Liquidez, Vedações e Normas de Conduta
 - Responsabilidades e Patrimônio Líquido Negativo
- 13. Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022
 - Obrigatoriedades do Administrador, Gestor e Custodiante
 - Vedações e Limites de Composição (emissor, modalidade, concentração)
 - Tipificação (Renda Fixa, Ações, Cambial, Multimercados, Infraestrutura, etc.)
 - Concentração em Crédito Privado, Investimento em Cotas de Outros Fundos, Exposição a Risco de Capital
 - Classes Restritas e Previdenciárias
- 14. Outros Tipos de Fundos (Anexos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022)
 - FIDC (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios)
 - FII (Fundos de Investimento Imobiliário)
 - FIP (Fundos de Investimento em Participações)
 - Fundos de Índice (ETF, ETF ASG e Fundos de Índice com cotas negociáveis)
 - Fundos Previdenciários

**Objetivos da Disciplina:**

- Entender a regulamentação aplicável aos investimentos do RPPS, conforme Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MPS nº 1.467/2022.
- Conhecer a estrutura dos diferentes segmentos de aplicação (renda fixa, renda variável, exterior, estruturados e imobiliários), seus limites e vedações.
- Diferenciar as principais características dos títulos públicos e privados, bem como compreender os aspectos técnicos de sua negociação e custódia.
- Identificar as modalidades de fundos de investimento, sua classificação, composição e limites de alocação, conforme a Resolução CVM nº 175/2022.
- Aplicar regras de gestão de riscos, precificação de ativos, enquadramentos e monitoramento permanente no âmbito do RPPS.

Metodologia

- Aulas expositivas sobre legislação, dispositivos das resoluções e normas complementares.
- Estudos de caso para compreensão prática das estratégias de alocação de recursos e limites de investimentos.
- Debates e simulações de cenários de aplicação em diferentes classes de ativos, com análise de riscos, rentabilidade e conformidade.
- Leitura e resolução de exercícios práticos envolvendo fundos de investimento, títulos de renda fixa e variável, além dos procedimentos de custódia e registro.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021.
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022 (arts. 86 ao 156 e Anexo VIII).
- BRASIL. Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022.
- FABOZZI, Frank J. Fixed income analysis. John Wiley & Sons, 2007.

Módulo 3 - Governança, Compliance e Controle nos RPPS

Neste módulo, serão unificadas as abordagens de governança, ética e compliance aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e os mecanismos de controle, responsabilidades e inelegibilidades previstos na legislação. Inicialmente, os conteúdos envolvem o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão (Pró-Gestão RPPS), as disposições da Portaria MPS nº 1.467/2022 e os requisitos para dirigentes, conselhos e comitê de investimentos. Em seguida, aprofunda-se a análise do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS), a gestão de riscos, a responsabilidade fiduciária e os princípios de governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa), incluindo conceitos como conflito de interesses, ética e integridade.

Também, examinam-se os instrumentos de controle e fiscalização dos RPPS, a atuação de órgãos como Conselho Fiscal, Ministério Público, Tribunais de Contas e Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar, bem como o Processo Administrativo Previdenciário, a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e a importância da transparência e do controle social. São ainda estudadas as regras de responsabilização civil, administrativa e penal dos agentes envolvidos, abordando a Lei de Improbidade Administrativa, a legislação sobre lavagem de dinheiro e os critérios de inelegibilidade.

**Disciplina 6 – Certificação Institucional, Governança e Compliance
no RPPS**

**Carga Horária: 9 horas (2
aulas)**



Ementa

A disciplina trata dos fundamentos de governança, ética e compliance aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), contemplando o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão (Pró-Gestão RPPS), as disposições da Portaria MPS nº 1.467/2022 e os requisitos exigidos para dirigentes, conselhos e comitê de investimentos. Inclui o estudo das premissas de governança corporativa, gestão de riscos e responsabilidade fiduciária, bem como a análise do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS). Aborda princípios como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, com destaque para o conceito de conflito de interesses, dever fiduciário, ética e integridade, visando a assegurar conformidade e eficiência na administração dos recursos previdenciários.

Conteúdo Programático Detalhado:

1. Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS
 - 1.1. Portaria MPS nº 1.467/2022 – Capítulo XI
 - 1.2. Manual do Pró-Gestão RPPS
 - Objetivos e premissas do programa
 - Adesão voluntária e dimensões de avaliação
 - Níveis de aderência, temporalidade e regularidade previdenciária
 - Manutenção e renovação da certificação
2. Requisitos dos Dirigentes e Membros dos Conselhos e Comitê de Investimentos
 - 2.1. Portaria MPS nº 1.467/2022 – Capítulo V, Seção I
 - Formação, experiência e certificação profissional
 - Implicações para o ingresso ou permanência no cargo
 - Penalidades e prazos legais
3. ISP-RPPS (Índice de Situação Previdenciária)
 - 3.1. Portaria MPS nº 1.467/2022 – Capítulo XII
 - Conceitos e metodologia de classificação
 - Relevância para a avaliação do regime e emissão do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária)
 - Categorização dos RPPS e impactos na governança
4. Ética e Integridade
 - 4.1. Conceitos de Ética e Integridade
 - Princípios e valores aplicados ao serviço público
 - Implicações na gestão de recursos previdenciários
5. Gestão e Governança
 - 5.1. Governança Pública: Conceito e Princípios
 - Base legal e finalidade da governança no setor público
 - Governança corporativa no âmbito dos RPPS: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa
6. Estrutura de Governança do RPPS
 - Dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão dos recursos, conselho deliberativo, conselho fiscal e comitê de investimentos
 - Atribuições e competências, de acordo com o Manual do Pró-Gestão RPPS
7. Conflito de Interesses



7.1. Conceito e identificação de conflitos

- Situações comuns que geram conflito de interesses
 - Mecanismos de prevenção e mitigação
- #### 8. Dever Fiduciário dos Dirigentes e Conselheiros
- ##### 8.1. Responsabilidade perante os segurados e beneficiários

- Boa-fé, diligência, lealdade e transparência
- Consequências de descumprimento e sanções

9. Gestão de Riscos

9.1. Conceitos e importância da gestão de riscos

- Como identificar, analisar e responder aos riscos
- Principais ferramentas e metodologias de gestão de riscos

9.2. Aplicação prática no RPPS

- Riscos previdenciários, financeiros, administrativos e legais
- Ciclo de gerenciamento de riscos

10. Programa de Compliance

10.1. Conceito, benefícios e principais elementos

- Políticas, códigos de conduta e controles internos
- Treinamento e conscientização
- Auditoria e monitoramento contínuo

Objetivos da Disciplina

- Compreender o Programa de Certificação Institucional e Modernização (Pró-Gestão RPPS) e as diretrizes da Portaria MPS nº 1.467/2022 para a qualificação de dirigentes, conselheiros e comitês de investimentos.
- Analisar a importância do ISP-RPPS como instrumento de avaliação e acompanhamento da situação previdenciária.
- Reconhecer os princípios e valores que norteiam a governança pública, a ética e a integridade, aplicados especificamente aos RPPS.
- Identificar e prevenir conflitos de interesses, cumprindo o dever fiduciário e garantindo a proteção dos recursos previdenciários.
- Entender e aplicar metodologias de gestão de riscos e compliance, fortalecendo a transparência e a responsabilidade na administração dos RPPS.

Metodologia

- Aulas expositivas para apresentar e debater disposições legais e princípios de governança.
- Estudos de caso envolvendo práticas de compliance e gerenciamento de riscos em RPPS.
- Leitura dirigida de portarias, manuais e orientações do Pró-Gestão RPPS.
- Debates em grupo para estimular a reflexão sobre conflitos de interesses, ética e dever fiduciário.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022.
- BRASIL. Manual do Pró-Gestão RPPS.
- BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.



Disciplina 7 – Controle, Responsabilidades e Inelegibilidades no RPPS	Carga Horária: 9 horas (2 aulas)
Ementa Foca-se na análise dos mecanismos de controle e fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), conforme previsto na legislação brasileira, assim como na responsabilidade administrativa, civil e criminal dos agentes envolvidos. São examinadas as atribuições do Conselho Fiscal, as normas de auditoria interna, a atuação do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e da Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar. Aborda-se a necessidade de transparência e controle social, a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o Processo Administrativo Previdenciário e os dispositivos legais que tipificam condutas ilícitas e estabelecem sanções, tais como o Código Penal, a Lei de Improbidade Administrativa, a legislação sobre lavagem de dinheiro e as regras de inelegibilidade.	
Conteúdo Programático Detalhado: - Controle na Administração Pública - Conceitos e Objetivos - Natureza e abrangência do controle interno e externo - Tipos de controle (preventivo, concomitante, posterior) - Conselho Fiscal dos RPPS - Atribuições dos conselheiros, conforme Manual de Certificação dos Profissionais do RPPS - Competências de fiscalização, emissão de pareceres e controle interno - Auditoria Interna (art. 59 da LC nº 101/2000 – LRF) - Princípios e funções - Papel na prevenção de irregularidades - Ministério Público (art. 59 da LC nº 101/2000 – LRF) - Competências de fiscalização e defesa do patrimônio público - Atuação nos casos de ilícitos relacionados ao RPPS - Tribunais de Contas (art. 59 da LC nº 101/2000 – LRF) - Fiscalização das contas e aplicação da lei - Emissão de recomendações e sanções - Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar - Lei nº 9.717/1998, art. 9º e Portaria MPS nº 1.467/2022 (arts. 251 a 255) - Competências de supervisão, orientação e fiscalização - Sociedade - Transparência pública e controle social - Meios de participação e denúncia - Regulação e Supervisão dos RPPS (Portaria MPS nº 1.467/2022) - Competência (arts. 239 e 240) - Envio de informações (capítulo XIII, seção I) - Emissão do CRP (capítulo XIII, seção III) - Registro de situação no extrato previdenciário (capítulo XIII, seção IV) - Fiscalização do RPPS (capítulo XIII, seção V) - Processo Administrativo Previdenciário – PAP (capítulo XIII, seção VI) - Responsabilidades e Inelegibilidades - Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A - Requisitos para dirigentes, conselheiros e responsáveis pela gestão de recursos	



- Sanções e penalidades em caso de descumprimento
- 10. Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal)
 - 1. Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária
 - 2. Art. 299 – Falsidade Ideológica
 - 3. Art. 312 – Peculato
 - 4. Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações
 - 5. Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas
 - 6. Art. 317 – Corrupção Passiva
 - 7. Art. 319 – Prevaricação
 - 8. Art. 333 – Corrupção Ativa
 - 9. Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária
- 11. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)
 - 1. Art. 2º – Agente Público
 - 2. Art. 9º – Atos que importam enriquecimento ilícito
 - 3. Art. 10 – Atos que causam prejuízo ao erário
 - 4. Art. 11 – Atos que atentam contra princípios da Administração Pública
- 12. Lei nº 9.613/1998
 - 1. Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores
 - 2. Art. 7º – Efeitos da condenação
 - 3. Art. 9º – Pessoas sujeitas ao mecanismo de controle
- 13. Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º, inciso I
 - Regras de inelegibilidade
 - Impactos para dirigentes e conselheiros de RPPS

Objetivos da Disciplina

- Compreender as estruturas de controle interno e externo aplicáveis aos RPPS, incluindo o papel do Conselho Fiscal, auditorias internas e externas, Ministério Público e Tribunais de Contas.
- Analisar a competência e as atribuições da Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar na supervisão dos RPPS, bem como o funcionamento do processo de emissão do CRP, registro de situação e fiscalização.
- Identificar as responsabilidades legais dos dirigentes e conselheiros nos termos das legislações específicas (Código Penal, Lei de Improbidade Administrativa, Lei de Lavagem de Dinheiro) e as consequências de atos ilícitos ou irregulares.
- Examinar as regras de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64/1990, inclusive quanto às condutas praticadas no exercício de funções no RPPS.
- Reconhecer a importância da transparência e do controle social na prevenção de desvios e na promoção da boa governança previdenciária.

Metodologia

- Exposição dialogada sobre as normas de controle, responsabilidades e sanções.
- Leitura orientada de legislação (Lei de Improbidade Administrativa, Código Penal, LC nº 64/1990, entre outras) e manuais correlatos.
- Estudos de caso ilustrando situações de irregularidades e aplicação de penalidades.
- Debates em grupo sobre boas práticas de controle social e transparência.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (arts. 70 a 75, especialmente).



- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.
- BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
- BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (inelegibilidades).
- BRASIL. Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (lavagem de dinheiro).
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022 (Capítulo XIII).

Módulo 4 - Regime Jurídico e Planejamento Estratégico na Administração Pública

Este módulo apresenta os princípios fundamentais do regime jurídico aplicado ao serviço público, analisando formas de provimento, vacância, aposentadoria e questões relativas a cargos e funções. Também discute a identificação e a classificação de agentes públicos, bem como os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA). Por fim, enfatiza a importância do planejamento estratégico para a eficiência na Administração Pública, à luz das normas dispostas na Lei nº 4.320/1964 e na Constituição Federal de 1988.

Disciplina 8 – Regime Jurídico, Gestão de Pessoas e Planejamento Orçamentário do Serviço Público	Carga Horária: 6 horas (2 aulas)
Ementa A disciplina explora o regime jurídico do serviço público, abrangendo as formas de provimento, vacância, aposentadoria e outras questões relativas a cargos públicos, bem como a identificação e classificação dos agentes públicos. Além disso, aborda os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) e a importância do planejamento estratégico na Administração Pública, com base nos artigos 75 a 82 da Lei nº 4.320/1964 e no art. 165 da Constituição Federal de 1988.	
Conteúdo Programático Detalhado: 1. Regime Jurídico do Serviço Público ● Provimento ● Conceito e espécies ● Nomeação, aproveitamento, reversão, readaptação, promoção 2. Nomeação e Posse em Cargo Público ● Formalidades, efeitos e prazos 3. Remoção e Redistribuição ● Conceitos, tipos e implicações 4. Aproveitamento, Integração e Recondução ● Situações em que ocorrem e requisitos 5. Demissão e Exoneração ● Conceitos, distinções e motivação 6. Substituição ● Hipóteses e procedimentos 7. Cargos, Empregos Públicos e Funções de Confiança ● Diferenças, regimes de vínculo e responsabilidades 8. Posse e Exercício	



- Formalização, prazos e consequências da inobservância
- 9. Vacância
 - Modalidades, distinções entre exoneração e demissão
- 10. Aposentadoria
 - Requisitos, espécies e efeitos
- 11. Posse em Outro Cargo Inacumulável
 - Acumulações permitidas e vedações constitucionais
- 12. Vencimentos e Remuneração
 - Estrutura remuneratória, adicionais e gratificações
- 13. Agentes Públicos
 - Conceito e Classificação
 - Agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos, agentes delegados e agentes credenciados
- 14. Servidores públicos, empregados públicos e contratos temporários
 - Diferenças de vínculo, regime jurídico e previdenciário
- 15. Instrumentos de Planejamento Orçamentário
 - Base Constitucional (art. 165 da CF/1988)
 - Papel do PPA, LDO e LOA na gestão pública
- 16. Plano Plurianual (PPA)
 - Conceitos, objetivos e vigência
- 17. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
 - Orientações para elaboração do orçamento anual
 - Metas e prioridades da Administração
- 18. Lei Orçamentária Anual (LOA)
 - Estrutura, conteúdo e execução do orçamento anual
- 19. Planejamento Estratégico
 - Conceito, importância e aplicação na Administração Pública
- 20. Lei nº 4.320/1964
 - Artigos 75 a 82 – Do Controle da Execução Orçamentária
 - Formas de controle, acompanhamento da arrecadação e da despesa
 - Importância do controle orçamentário para a gestão eficiente.

Objetivos da Disciplina

- Compreender o regime jurídico aplicável aos servidores públicos, englobando as modalidades de provimento, vacância, aposentadoria e remuneração.
- Identificar os diversos tipos de agentes públicos, sua classificação e regime legal de vinculação.
- Estudar os principais instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), seus fundamentos constitucionais e sua importância para a Administração Pública.
- Reconhecer a relevância do planejamento estratégico para a eficiência governamental.
- Analisar o papel do controle na execução orçamentária, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964.

Metodologia



- Aulas expositivas sobre legislação e princípios constitucionais.
- Leitura dirigida de diplomas legais, especialmente a Lei nº 4.320/1964 e a CF/1988 (art. 165).
- Estudos de caso envolvendo práticas de movimentação de pessoal, aposentadorias e elaboração orçamentária.
- Debates em grupo sobre a importância do planejamento estratégico e do controle orçamentário na gestão pública.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 165.
- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (arts. 75 a 82).
- BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (para regimes estatutários federais), ou legislação correlata de cada ente federativo, quando aplicável.
- BRASIL. Manual Técnico de Orçamento. 2025.

Anexo II - Estrutura Curricular do Curso de Capacitação de Conselheiros de RPPS – Nível Intermediário

Módulo 1 - Administração Pública e Gestão dos RPPS

Este módulo integra conteúdos fundamentais sobre a estrutura e os princípios da Administração Pública, bem como os diversos regimes de previdência (RGPS, RPPS e RPC) e as principais alterações introduzidas pela EC nº 103/2019. Ao longo das aulas, serão detalhadas as normas legais e regulamentações que regem os Regimes Próprios de Previdência Social, sobretudo a Lei nº 9.717/1998, a Portaria MPS nº 1.467/2022 e demais legislações relacionadas ao plano de custeio, ao uso e à compensação dos recursos previdenciários. Além disso, o estudo sobre o Plano de Benefícios do RPPS aprofundará as regras de concessão e acumulação de benefícios, a limitação de valores com a instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC) e os procedimentos de comprovação do tempo de contribuição e definição de bases de cálculo.

Disciplina 1 – Administração Pública e Previdência Social	Carga Horária: 9 horas (2 aulas)
Ementa: Esta disciplina aborda os fundamentos constitucionais e legais que regem a Administração Pública, incluindo princípios, estrutura, regime jurídico e instrumentos de planejamento orçamentário, bem como a evolução e o funcionamento dos regimes de previdência social no Brasil. Serão estudados os conceitos de agentes públicos, atos administrativos e suas características, além de legislações específicas como a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e o Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/1999). No âmbito previdenciário, enfoca-se o conceito de Previdência Social, os diferentes regimes (RGPS, RPPS, RPC) e o impacto das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019.	
Conteúdo Programático Detalhado: 1. Princípios Constitucionais e Normas da Administração Pública 1.1. Princípios da Administração Pública (Constituição Federal, arts. 37 ao 41) 1.2. Organização administrativa: administração direta e indireta 2. Agentes Públicos e Regime Jurídico	



- 2.1. Conceito e classificação de agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos, agentes delegados e agentes credenciados
- 2.2. Regime jurídico do serviço público:
 - 2.2.1. Conceitos de cargo público, posse e exercício
 - 2.2.2. Provimento (nomeação, promoção, aproveitamento, reintegração, readaptação, reversão e recondução)
 - 2.2.3. Vacância (promoção, exoneração, aposentadoria, demissão, remoção, substituição)
3. Noções de Ciclo Orçamentário
 - 3.1. Plano Plurianual (PPA)
 - 3.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
 - 3.3. Lei Orçamentária Anual (LOA) (CF, art. 165)
4. Ato Administrativo
 - 4.1. Conceito
 - 4.2. Requisitos, elementos e atributos
 - 4.3. Discricionariedade e vinculação
 - 4.4. Classificação e espécies
 - 4.5. Extinção e prescrição
5. Poderes, Deveres e Prerrogativas da Administração
 - 5.1 Poder vinculado e poder discricionário
 - 5.2 Deveres e prerrogativas do administrador público
 - 5.3 Limites e controles do exercício do poder administrativo
6. Legislações Específicas
 - 6.1. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – artigos 28 e 89 a 95.
 - 6.2. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) – artigos 23 ao 32.
 - 6.3. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) – artigos 1º ao 14.
 - 6.4. Lei nº 9.784/1999 (Processo Administrativo Federal) – princípios, direitos e deveres no processo administrativo.
7. Previdência Social
 - 7.1. Conceito de Seguridade Social e Previdência Social (CF/1988, art. 194)
 - 7.2. Regimes de Previdência:
 - 7.2.1. Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – CF/1988, art. 201
 - 7.2.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – CF/1988, art. 40
 - 7.2.3. Regime de Previdência Privada Complementar (RPC) – CF/1988, art. 202
 - 7.3. Emenda Constitucional nº 103/2019 – principais alterações, com destaque para os arts. 9º e 33.

Objetivos da Disciplina

- Compreender os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública e a organização administrativa (direta e indireta).
- Identificar as categorias de agentes públicos e os principais aspectos do regime jurídico aplicável aos servidores.
- Diferenciar as fases do ciclo orçamentário e sua importância para a execução das políticas públicas.
- Reconhecer o ato administrativo em seus elementos e atributos, bem como os poderes, deveres e prerrogativas da Administração Pública.
- Familiarizar-se com legislações específicas que afetam diretamente a atuação da Administração Pública (licitações, LGPD, LAI e Processo Administrativo Federal).
- Entender o conceito de Previdência Social, os regimes previdenciários vigentes (RGPS, RPPS, RPC) e as mudanças trazidas pela EC nº 103/2019.

**Metodologia**

- Aulas expositivas e dialogadas sobre fundamentos teóricos e aspectos práticos da Administração Pública e da Previdência Social.
- Estudo de casos envolvendo situações de licitação, aplicação de leis e processos administrativos.
- Leitura e análise de legislação, jurisprudência e normativos correlatos.
- Debates em grupo para troca de experiências e consolidação do aprendizado.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- BRASIL. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).
- BRASIL. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).
- BRASIL. Lei nº 9.784/1999 (Processo Administrativo Federal).
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência).

Disciplina 2 – Legislação e Normas Regulamentadoras dos RPPS**Carga Horária: 12 horas (3 aulas)****Ementa:**

Esta disciplina aborda a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com ênfase nas normas gerais estabelecidas pela Lei nº 9.717/1998 e pela Portaria MPS nº 1.467/2022, além da legislação que dispõe sobre o plano de custeio e a compensação previdenciária entre regimes. Serão apresentados os dispositivos legais referentes aos segurados e beneficiários, à gestão e à utilização dos recursos do RPPS, bem como as regras de concessão, acumulação e limitação de benefícios. Também serão examinados os aspectos relativos ao caráter contributivo, à base de cálculo, aos limites de contribuição, aos parcelamentos de débitos e às normas que regem a compensação previdenciária (Lei nº 9.796/1999, Decreto nº 10.188/2019 e Portaria MPS nº 1.400/2024), incluindo adesão ao sistema Comprev e procedimentos de cálculo, pagamento e revisão.

Conteúdo Programático Detalhado:

1. Lei nº 9.717/1998 – Normas Gerais de Organização e Funcionamento dos RPPS
 - Abrangência, vedações e diretrizes gerais
 - Requisitos mínimos para funcionamento do RPPS
 - Fiscalização e competência do Ministério da Previdência Social
2. Portaria MPS nº 1.467/2022
 - 2.1. Segurados e Beneficiários (arts. 3º ao 6º)
 - Definição de segurados e dependentes
 - Filiação, inscrição e características da proteção previdenciária
 - 2.2. Gestão dos Regimes Próprios (arts. 71 ao 75)
 - Organização da unidade gestora
 - Competências e responsabilidades
 - Controles internos e externos da gestão
 - 2.3. Utilização dos Recursos Previdenciários (arts. 81 ao 84)
 - Princípios de aplicação e segurança dos recursos



- Vedações e penalidades em caso de uso indevido
- 2.4. Responsabilidade do Ente Federativo em Caso de Extinção do RPPS (art. 181)
- Condições e obrigações para migração ou extinção do regime
- Garantias aos segurados e forma de cobertura do passivo previdenciário
- 3. Benefícios no RPPS
 - 3.1. Concessão de Benefícios (art. 157)
 - Requisitos e condições para aposentadorias, pensões e outros benefícios
 - Procedimentos para concessão
 - 3.2. Limitação dos Valores dos Benefícios com a Instituição do RPC (art. 158)
 - Vínculo do RPPS com o Regime de Previdência Complementar
 - Reflexos no teto dos benefícios concedidos
 - 3.3. Regras de Acumulação de Benefícios (art. 165)
 - Situações em que a acumulação é permitida
 - Vedação à acumulação de determinadas prestações
- 4. Plano de Custeio do RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022
 - 4.1. Caráter Contributivo (arts. 7º ao 10)
 - Princípios de equilíbrio financeiro e atuarial
 - Quem deve contribuir e sobre quais bases
 - 4.2. Limites de Contribuição (art. 11)
 - Percentuais mínimos e máximos
 - Possíveis variações conforme faixas remuneratórias
 - 4.3. Base de Cálculo de Contribuições (art. 12)
 - Incidência sobre remuneração, proventos e pensões
 - Exclusões e isenções
 - 4.4. Parcelamento de Débitos (arts. 14 ao 17)
 - Procedimentos, prazos e condições para parcelar contribuições devidas
 - Penalidades e medidas de cobrança
 - 4.5. Dação em Pagamento (art. 187)
 - Condições em que o ente pode efetuar pagamento de débitos mediante bens ou direitos
 - 4.6. Contribuição dos Segurados Cedidos, Afastados e Licenciados (Capítulo III, Seção V)
 - Regras específicas de recolhimento para servidores em outras esferas ou afastados
- 5. Compensação Previdenciária
 - 5.1. Normas da Compensação Previdenciária
 - 5.1.1. Lei nº 9.796/1999
 - Fundamentos jurídicos da compensação entre regimes
 - Gestão e operacionalização da compensação
 - 5.1.2. Decreto nº 10.188/2019
 - Regulamentação da compensação previdenciária
 - Competência dos órgãos responsáveis
 - 5.1.3. Portaria MPS nº 1.400/2024
 - 5.1.3.1. Disposições Preliminares – Capítulo I
 - Finalidade e alcance da portaria
 - Definições e diretrizes básicas
 - 5.1.3.2. Termo de Adesão ao Compreov e Contrato com a Empresa de Tecnologia – Capítulo II
 - Documentação necessária e procedimentos de adesão
 - Responsabilidades das partes envolvidas



5.1.3.3. Tempo de Contribuição – art. 10

- Definição do tempo de contribuição válido
- Comprovação do exercício e competências devidas
- 5.1.3.4. Encaminhamento de Requerimentos – arts. 14 ao 18, 20, 22 e 24 ao 27
- Fluxo de processos e prazos de análise
- Documentação exigida e protocolos de envio
- 5.1.3.5. Análise de Requerimentos – arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46
- Critérios de elegibilidade
- Competências das instâncias analisadoras
- 5.1.3.6. Cálculo das Parcelas – arts. 47, 52, 53 e 58
- Base de cálculo, alíquotas e atualização monetária
- Metodologia de apuração dos valores devidos
- 5.1.3.7. Apuração de Valores – arts. 59, 62, 66, 67 e 68
- Verificação do montante a ser compensado
- Ajustes e eventuais divergências
- 5.1.3.8. Pagamento – arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78
- Formas de pagamento, prazos e encargos
- Penalidades por inadimplência e condições de quitação
- 5.1.3.9. Cessação e Revisão – art. 79, 80 e 86
- Hipóteses de encerramento da compensação
- Abertura de processo de revisão e prazos
- 5.1.3.10. Compensação dos Demais Regimes e Sistemas – arts. 87 e 88
- Aplicação em regimes especiais ou outros sistemas de previdência
- Limites e exigências específicas
- 5.1.3.11. Disposições Finais e Transitórias – arts. 90, 91, 92, 93 e 94
- Ajustes, revogações e prazos de adaptação

Objetivos da Disciplina

- Compreender as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, com base na Lei nº 9.717/1998.
- Interpretar os artigos da Portaria MPS nº 1.467/2022 relativos a segurados, beneficiários, gestão dos regimes, utilização de recursos e plano de custeio.
- Identificar as regras de concessão e limitação de benefícios, além das situações de acumulação.
- Entender os aspectos fundamentais do caráter contributivo, da base de cálculo das contribuições e da formalização de parcelamentos de débitos.
- Conhecer os procedimentos e rotinas da compensação previdenciária, da adesão ao Comprev ao cálculo e pagamento de valores devidos, incluindo revisão e cessação.

Metodologia

- Aulas expositivas enfatizando a análise dos dispositivos legais e administrativos.
- Leitura orientada de legislações e normativos, com discussão em grupo dos aspectos práticos.
- Estudos de caso sobre situações de concessão de benefícios, parcelamentos, compensação previdenciária e extinção de regime.
- Exercícios práticos de interpretação das regras de custeio, compensação e gestão do RPPS.

Bibliografia Básica



- BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998. Dispõe sobre regras gerais para organização e funcionamento dos RPPS.
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022. Regulamenta diversos aspectos de gestão e custeio do RPPS.
- BRASIL. Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999. Dispõe sobre a compensação financeira entre os regimes de previdência.
- BRASIL. Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019. Regulamenta procedimentos de compensação previdenciária.
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.400, de 2024. Disciplina o processo de compensação previdenciária por meio do sistema Comprev.

Módulo 2 - Gestão Atuarial, Contábil e de Investimentos nos RPPS

Este módulo reúne conhecimentos essenciais sobre a gestão atuarial e contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social, bem como a administração de seus recursos financeiros. Na primeira parte, são apresentados os princípios e procedimentos atuariais, com foco na Portaria MPS nº 1.467/2022 e na Lei nº 4.320/1964, além das diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). São discutidos tópicos como equilíbrio financeiro e atuarial, avaliação anual, definição de fluxos, métodos de financiamento, hipóteses atuariais, base cadastral e estratégias de equacionamento de déficit.

Na sequência, aborda-se a legislação e a prática de gestão de investimentos no RPPS, abrangendo a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MPS nº 1.467/2022, com ênfase na definição de política de investimentos, limites de alocação e diversificação de ativos. Estuda-se, ainda, o funcionamento dos diferentes tipos de instrumentos de renda fixa e renda variável, bem como dos fundos de investimento regulados pela Resolução CVM nº 175/2022 (FIF, FIDC, FII, FIP, ETF, entre outros), com atenção para custódia, registro, gestão de riscos, enquadramentos e vedações.

Disciplina 3 – Gestão Atuarial e Contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social	Carga Horária: 9 horas (2 aulas)
Ementa Aborda os principais aspectos da gestão atuarial e contábil no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com base na Portaria MPS nº 1.467/2022, na Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Destaca o equilíbrio financeiro e atuarial, a avaliação atuarial anual, a definição de fluxos, métodos de financiamento, hipóteses atuariais, base cadastral, apuração de custos e compromissos, bem como o equacionamento de déficit e o plano de custeio. Além disso, discute os procedimentos contábeis específicos aplicáveis ao RPPS, incluindo controle orçamentário e execução financeira, de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes.	
Conteúdo Programático Detalhado: 1. Equilíbrio Financeiro e Atuarial (Portaria MPS nº 1.467/2022) 1. Conceito de equilíbrio financeiro e atuarial (art. 25) 2. Noções de sustentabilidade dos RPPS 3. Importância do equilíbrio para concessão de benefícios 2. Avaliação Atuarial Anual (Capítulo IV, Seção I) 1. Objetivos e obrigatoriedade da avaliação atuarial	



2. Conteúdo mínimo e periodicidade
3. Responsáveis técnicos e validação
3. Fluxos Atuariais (Capítulo IV, Seção III)
 1. Definição dos fluxos de entrada (contribuições) e saída (pagamento de benefícios)
 2. Projeções atuariais e seus parâmetros
 3. Impactos do comportamento demográfico e econômico nos fluxos
4. Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento (Capítulo IV, Seção V)
 1. Diferenças entre regimes de repartição simples, repartição capitalizada e capitalização
 2. Métodos de financiamento: conceitos e aplicações
 3. Escolha do método adequado e efeitos na contribuição
5. Hipóteses Atuariais (Capítulo IV, Seção VI)
 1. Fatores demográficos e biométricos: tábuas de mortalidade, rotatividade, entradas
 2. Fatores econômicos: taxa de juros, inflação salarial, crescimento do PIB
 3. Definição, fundamentação técnica e atualização periódica
6. Base Cadastral (Capítulo IV, Seção VII)
 1. Importância da base de dados para o resultado atuarial
 2. Coleta, organização e atualização de informações dos segurados
 3. Qualidade e consistência dos dados: riscos e consequências
7. Apuração dos Custos e Compromissos (Capítulo IV, Seção VIII)
 1. Metodologia de apuração de passivos
 2. Formação de reservas matemáticas
 3. Custo normal e suplementar
8. Plano de Custeio Proposto na Avaliação Atuarial (Capítulo IV, Seção IX)
 1. Elaboração e aprovação
 2. Alíquotas de contribuição de servidores e ente federativo
 3. Adequação às regras de equilíbrio
9. Equacionamento do Déficit Atuarial (Capítulo IV, Seção X)
 1. Identificação das causas do déficit
 2. Estratégias de equacionamento: aportes, contribuições extraordinárias e prazo
 3. Monitoramento e revisão do plano de equacionamento
10. Demonstração de Viabilidade do Plano de Custeio (Capítulo IV, Seção XIV)
 1. Objetivos, estrutura e elaboração
 2. Parâmetros de sustentabilidade
 3. Validação e supervisão
11. Redução do Plano de Custeio (Capítulo IV, Seção XV)
 1. Condições para redução de alíquotas
 2. Critérios de avaliação e limites legais
 3. Registro e acompanhamento
12. Relatório da Avaliação Atuarial (Capítulo IV, Seção XVI)
 1. Elementos mínimos do relatório
 2. Transparência e divulgação
 3. Uso do relatório pelos órgãos de controle
13. Acompanhamento Atuarial (Capítulo IV, Seção XVII)
 1. Monitoramento permanente dos resultados
 2. Obrigações do RPPS e do ente federativo
 3. Revisão das hipóteses e ajustes no plano de custeio
14. Gestão Contábil no RPPS



1. Portaria MTP nº 1.467/2022 (Capítulo V, Seção III)

- Regras contábeis específicas para o RPPS
- Normas de transparência, prestação de contas e responsabilidades do gestor
- 15. Lei nº 4.320/1964 (Títulos VIII e IX)
 - 15.1. Controle da Execução Orçamentária (arts. 75 ao 82)
- Conceitos de controle orçamentário
- Registros e acompanhamento da execução das despesas e receitas
- 16. Contabilidade Pública (arts. 83 ao 106)
- Principais demonstrações contábeis exigidas
- Princípios e regras aplicáveis à administração pública
- 17. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III
 - Item 4.1: Introdução
- Objetivos do MCASP e âmbito de aplicação
 - Item 4.2.1: Aspectos Gerais
- Conceitos e terminologias
 - Item 4.2.2: Aspectos Legais
- Fundamentação normativa e alinhamento com as NBC TSP (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público)
 - Item 4.2.3: Aspectos Orçamentários e Patrimoniais
- Classificação das receitas e despesas
- Patrimônio público, variações patrimoniais, demonstrações contábeis
 - IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS
- Aspectos contábeis específicos do RPPS
- Elaboração de relatórios e demonstrações previdenciárias
- Conceitos e terminologias usuais

Objetivos da Disciplina:

- Compreender os requisitos de equilíbrio financeiro e atuarial nos RPPS, incluindo metodologias e hipóteses atuariais.
- Dominar as principais etapas da avaliação atuarial anual, a definição de fluxos e métodos de financiamento e o equacionamento de déficit.
- Capacitar-se para elaborar, analisar e acompanhar o plano de custeio, bem como interpretar a demonstração de viabilidade e o relatório da avaliação atuarial.
- Conhecer as regras e procedimentos contábeis específicos, de controle e transparência, aplicáveis ao RPPS, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP.
- Aplicar os procedimentos exigidos por normas como a Portaria MTP nº 1.467/2022, o MCASP e o IPC 14 para assegurar a correta contabilização e prestação de contas.



Metodologia

- Exposição teórica dos fundamentos atuariais e contábeis, relacionando dispositivos legais e exemplos práticos.
- Leituras orientadas das seções da Portaria MPS nº 1.467/2022 e dos capítulos específicos do MCASP e da Lei nº 4.320/1964.
- Estudos de caso que possibilitem simulações de cálculos atuariais, identificação de déficit e elaboração de relatórios contábeis.
- Discussões em grupo acerca de possíveis cenários e desafios de implantação das normas atuariais e contábeis no RPPS.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022.
- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Disponível em: site da STN.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS.

Disciplina 4 – Gestão dos Investimentos (Legislação Específica e Fundos de Investimento no RPPS)

Carga Horária: 21 horas (5 aulas)

Ementa

Esta disciplina apresenta os principais conceitos, regras e práticas de investimento no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MPS nº 1.467/2022, com ênfase na política de investimentos, alocação de recursos e limites de aplicação. São estudados os instrumentos de renda fixa e renda variável, incluindo títulos públicos e privados, bem como as características dos fundos de investimento regulados pela Resolução CVM nº 175/2022 (Fundos de Investimento Financeiro, FIDC, FII, FIP, ETFs, entre outros). Também se abordam aspectos técnicos de custódia, registro, gestão de riscos, enquadramentos e vedações, visando garantir transparência, segurança e rentabilidade compatíveis com a natureza previdenciária dos recursos.

Conteúdo Programático Detalhado:

1. Legislação Específica dos Investimentos dos RPPS
 1. Resolução CMN nº 4.963/2021
 - Da Alocação dos Recursos
 - Da Política de Investimentos
 - Segmentos (Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados, Fundos Imobiliários e Empréstimos Consignados)
 - Limites Gerais, Gestão, Custodiante e Outras Contratações
 - Registro dos Títulos e Valores Mobiliários, Controle das Disponibilidades Financeiras e Medidas em Caso de Desenquadramento
 - Vedações específicas
2. Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35
 - Dos Investimentos dos Recursos



- Da Gestão da Aplicação dos Recursos
- Da Política de Investimentos
- Do Credenciamento de Instituições
- Das Alocações dos Recursos e Avaliação/Monitoramento de Riscos
- Da Categorização dos RPPS e Aplicações em Títulos Públicos
- Precificação dos Ativos
- Transparência, Desenquadramento e Vedações
- 3. Instrumentos de Renda Fixa
 - 3.1. Definição e Características Gerais
 - Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”
 - Formas de remuneração (prefixada e pós-fixada) e principais indicadores
 - Amortização, pagamento de juros e cupom de taxa real
 - Resgate antecipado, vencimento antecipado, opções de compra
- 4. Principais Instrumentos
 - 4.1. Títulos Públicos (LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F)
 - Negociação: mercado primário (leilões) e secundário (balcão)
 - Tesouro Direto: conceito e operacionalização
 - Títulos Privados Bancários
 - CDB e Letras Financeiras (LF): conceitos e características
 - Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)
- 5. Títulos Corporativos
 - Debêntures: conceito e características
 - Notas Promissórias: prazos, emissores, liquidez e registro
 - Títulos do agronegócio (CPR, LCA, CDCA, CRA)
 - Títulos do segmento imobiliário (CRI, LCI, CCI)
 - Operações compromissadas e caderneta de poupança
- 6. Fundo Garantidor de Crédito (FGC)
 - Produtos e serviços cobertos, limites de garantia e operacionalização
- 7. Instrumentos de Renda Variável
 - Definição
 - Ações Ordinárias e Preferenciais, ADRs e BDRs, Bônus de Subscrição
 - Conceitos, direitos e distinções
 - Oferta Primária e Secundária
 - Derivativos (Termo, Futuros, Swaps e Opções)
 - Características formais, negociação, custos e riscos
 - Negociação, Liquidação e Custódia
 - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC (benefícios, títulos, funcionalidades)
 - Clearing B3 (conceito, garantias, compensação e custódia)
 - Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB
- 8. Fundos de Investimentos
 - 8.1. Resolução CVM nº 175/2022 – Parte Geral
 - Estrutura, Conceitos de Condomínio e Classes de Fundos (abertos e fechados)



- Segregação Patrimonial, Emissão, Subscrição, Integralização, Resgate e Amortização
 - Negociação com Uso Indevido de Informação Privilegiada e Participação Política
 - Divulgações (cota, rentabilidade, atos ou fatos relevantes)
 - Administração, Gestão, Custódia e Distribuição
 - Limites de Composição e Concentração, Gestão de Liquidez, Vedações e Normas de Conduta
 - Responsabilidades e Patrimônio Líquido Negativo
9. Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022
- Obrigatoriedades do Administrador, Gestor e Custodiante
 - Vedações e Limites de Composição (emissor, modalidade, concentração)
 - Tipificação (Renda Fixa, Ações, Cambial, Multimercados, Infraestrutura, etc.)
 - Concentração em Crédito Privado, Investimento em Cotas de Outros Fundos, Exposição a Risco de Capital
 - Classes Restritas e Previdenciárias
10. Outros Tipos de Fundos (Anexos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022)
- FIDC (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios)
 - FII (Fundos de Investimento Imobiliário)
 - FIP (Fundos de Investimento em Participações)
 - Fundos de Índice (ETF, ETF ASG e Fundos de Índice com cotas negociáveis)
 - Fundos Previdenciários

Objetivos da Disciplina:

- Entender a regulamentação aplicável aos investimentos do RPPS, conforme Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MPS nº 1.467/2022.
- Conhecer a estrutura dos diferentes segmentos de aplicação (renda fixa, renda variável, exterior, estruturados e imobiliários), seus limites e vedações.
- Diferenciar as principais características dos títulos públicos e privados, bem como compreender os aspectos técnicos de sua negociação e custódia.
- Identificar as modalidades de fundos de investimento, sua classificação, composição e limites de alocação, conforme a Resolução CVM nº 175/2022.
- Aplicar regras de gestão de riscos, precificação de ativos, enquadramentos e monitoramento permanente no âmbito do RPPS.

Metodologia

- Aulas expositivas sobre legislação, dispositivos das resoluções e normas complementares.
- Estudos de caso para compreensão prática das estratégias de alocação de recursos e limites de investimentos.
- Debates e simulações de cenários de aplicação em diferentes classes de ativos, com análise de riscos, rentabilidade e conformidade.
- Leitura e resolução de exercícios práticos envolvendo fundos de investimento, títulos de renda fixa e variável, além dos procedimentos de custódia e registro.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021.
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022 (arts. 86 ao 156 e Anexo VIII).
- BRASIL. Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022.
- FABOZZI, Frank J. Fixed income analysis. John Wiley & Sons, 2007.



Módulo 3 - Governança, Compliance e Controle nos RPPS

Neste módulo, serão unificadas as abordagens de governança, ética e compliance aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e os mecanismos de controle, responsabilidades e inelegibilidades previstos na legislação. Inicialmente, os conteúdos envolvem o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão (Pró-Gestão RPPS), as disposições da Portaria MPS nº 1.467/2022 e os requisitos para dirigentes, conselhos e comitê de investimentos. Em seguida, aprofunda-se a análise do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS), a gestão de riscos, a responsabilidade fiduciária e os princípios de governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa), incluindo conceitos como conflito de interesses, ética e integridade.

Também, examinam-se os instrumentos de controle e fiscalização dos RPPS, a atuação de órgãos como Conselho Fiscal, Ministério Público, Tribunais de Contas e Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar, bem como o Processo Administrativo Previdenciário, a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e a importância da transparência e do controle social. São ainda estudadas as regras de responsabilização civil, administrativa e penal dos agentes envolvidos, abordando a Lei de Improbidade Administrativa, a legislação sobre lavagem de dinheiro e os critérios de inelegibilidade.

Disciplina 5 – Certificação Institucional, Governança e Compliance no RPPS	Carga Horária: 9 horas (2 aulas)
Ementa A disciplina trata dos fundamentos de governança, ética e compliance aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), contemplando o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão (Pró-Gestão RPPS), as disposições da Portaria MPS nº 1.467/2022 e os requisitos exigidos para dirigentes, conselhos e comitê de investimentos. Inclui o estudo das premissas de governança corporativa, gestão de riscos e responsabilidade fiduciária, bem como a análise do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS). Aborda princípios como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, com destaque para o conceito de conflito de interesses, dever fiduciário, ética e integridade, visando a assegurar conformidade e eficiência na administração dos recursos previdenciários.	
Conteúdo Programático Detalhado: - Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS - Portaria MPS nº 1.467/2022 – Capítulo XI - Manual do Pró-Gestão RPPS - Objetivos e premissas do programa - Adesão voluntária e dimensões de avaliação - Níveis de aderência, temporalidade e regularidade previdenciária - Manutenção e renovação da certificação - Requisitos dos Dirigentes e Membros dos Conselhos e Comitê de Investimentos - Portaria MPS nº 1.467/2022 – Capítulo V, Seção I - Formação, experiência e certificação profissional - Implicações para o ingresso ou permanência no cargo - Penalidades e prazos legais	



3. ISP-RPPS (Índice de Situação Previdenciária)
 - 3.1. Portaria MPS nº 1.467/2022 – Capítulo XII
 - Conceitos e metodologia de classificação
 - Relevância para a avaliação do regime e emissão do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária)
 - Categorização dos RPPS e impactos na governança
4. Ética e Integridade
 - 4.1. Conceitos de Ética e Integridade
 - Princípios e valores aplicados ao serviço público
 - Implicações na gestão de recursos previdenciários
5. Gestão e Governança
 - 5.1 Governança Pública: Conceito e Princípios
 - Base legal e finalidade da governança no setor público
 - Governança corporativa no âmbito dos RPPS: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa
6. Estrutura de Governança do RPPS
 - Dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão dos recursos, conselho deliberativo, conselho fiscal e comitê de investimentos
 - Atribuições e competências, de acordo com o Manual do Pró-Gestão RPPS
7. Conflito de Interesses
 - 7.1. Conceito e identificação de conflitos
 - Situações comuns que geram conflito de interesses
 - Mecanismos de prevenção e mitigação
8. Dever Fiduciário dos Dirigentes e Conselheiros
 - 8.1. Responsabilidade perante os segurados e beneficiários
 - Boa-fé, diligência, lealdade e transparência
 - Consequências de descumprimento e sanções
9. Gestão de Riscos
 - 9.1. Conceitos e importância da gestão de riscos
 - Como identificar, analisar e responder aos riscos
 - Principais ferramentas e metodologias de gestão de riscos
10. Aplicação prática no RPPS
 - Riscos previdenciários, financeiros, administrativos e legais
 - Ciclo de gerenciamento de riscos
11. Programa de Compliance
 - 11.1. Conceito, benefícios e principais elementos
 - Políticas, códigos de conduta e controles internos
 - Treinamento e conscientização
 - Auditoria e monitoramento contínuo

Objetivos da Disciplina

- Compreender o Programa de Certificação Institucional e Modernização (Pró-Gestão RPPS) e as



diretrizes da Portaria MPS nº 1.467/2022 para a qualificação de dirigentes, conselheiros e comitês de investimentos.

- Analisar a importância do ISP-RPPS como instrumento de avaliação e acompanhamento da situação previdenciária.
- Reconhecer os princípios e valores que norteiam a governança pública, a ética e a integridade, aplicados especificamente aos RPPS.
- Identificar e prevenir conflitos de interesses, cumprindo o dever fiduciário e garantindo a proteção dos recursos previdenciários.
- Entender e aplicar metodologias de gestão de riscos e compliance, fortalecendo a transparência e a responsabilidade na administração dos RPPS.

Metodologia

- Aulas expositivas para apresentar e debater disposições legais e princípios de governança.
- Estudos de caso envolvendo práticas de compliance e gerenciamento de riscos em RPPS.
- Leitura dirigida de portarias, manuais e orientações do Pró-Gestão RPPS.
- Debates em grupo para estimular a reflexão sobre conflitos de interesses, ética e dever fiduciário.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022.
- BRASIL. Manual do Pró-Gestão RPPS.
- BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Disciplina 6 – Controle, Responsabilidades e Inelegibilidades no RPPS

Carga Horária: 9 horas (2 aulas)

Ementa

Foca-se na análise dos mecanismos de controle e fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), conforme previsto na legislação brasileira, assim como na responsabilidade administrativa, civil e criminal dos agentes envolvidos. São examinadas as atribuições do Conselho Fiscal, as normas de auditoria interna, a atuação do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e da Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar. Aborda-se a necessidade de transparência e controle social, a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o Processo Administrativo Previdenciário e os dispositivos legais que tipificam condutas ilícitas e estabelecem sanções, tais como o Código Penal, a Lei de Improbidade Administrativa, a legislação sobre lavagem de dinheiro e as regras de inelegibilidade.

Conteúdo Programático Detalhado:

1. Controle na Administração Pública
 - 1.1. Conceitos e Objetivos
 - Natureza e abrangência do controle interno e externo
 - Tipos de controle (preventivo, concomitante, posterior)
2. Conselho Fiscal dos RPPS
 - Atribuições dos conselheiros, conforme Manual de Certificação dos Profissionais do RPPS
 - Competências de fiscalização, emissão de pareceres e controle interno
3. Auditoria Interna (art. 59 da LC nº 101/2000 – LRF)



- Princípios e funções
- Papel na prevenção de irregularidades
- 4. Ministério Público (art. 59 da LC nº 101/2000 – LRF)
 - Competências de fiscalização e defesa do patrimônio público
 - Atuação nos casos de ilícitos relacionados ao RPPS
- 5. Tribunais de Contas (art. 59 da LC nº 101/2000 – LRF)
 - Fiscalização das contas e aplicação da lei
 - Emissão de recomendações e sanções
- 6. Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar
 - Lei nº 9.717/1998, art. 9º e Portaria MPS nº 1.467/2022 (arts. 251 a 255)
 - Competências de supervisão, orientação e fiscalização
- 7. Sociedade
 - Transparência pública e controle social
 - Meios de participação e denúncia
- 8. Regulação e Supervisão dos RPPS (Portaria MPS nº 1.467/2022)
 - Competência (arts. 239 e 240)
 - Envio de informações (capítulo XIII, seção I)
 - Emissão do CRP (capítulo XIII, seção III)
 - Registro de situação no extrato previdenciário (capítulo XIII, seção IV)
 - Fiscalização do RPPS (capítulo XIII, seção V)
 - Processo Administrativo Previdenciário – PAP (capítulo XIII, seção VI)
- 9. Responsabilidades e Inelegibilidades
 - 9.1. Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A
 - Requisitos para dirigentes, conselheiros e responsáveis pela gestão de recursos
 - Sanções e penalidades em caso de descumprimento
- 10. Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal)
 - Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária
 - Art. 299 – Falsidade Ideológica
 - Art. 312 – Peculato
 - Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações
 - Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas
 - Art. 317 – Corrupção Passiva
 - Art. 319 – Prevaricação
 - Art. 333 – Corrupção Ativa
 - Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária
- 11. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)
 - Art. 2º – Agente Público
 - Art. 9º – Atos que importam enriquecimento ilícito
 - Art. 10 – Atos que causam prejuízo ao erário



- Art. 11 – Atos que atentam contra princípios da Administração Pública

12. Lei nº 9.613/1998

- Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores
- Art. 7º – Efeitos da condenação
- Art. 9º – Pessoas sujeitas ao mecanismo de controle

13. Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º, inciso I

- Regras de inelegibilidade
- Impactos para dirigentes e conselheiros de RPPS

Objetivos da Disciplina

- Compreender as estruturas de controle interno e externo aplicáveis aos RPPS, incluindo o papel do Conselho Fiscal, auditorias internas e externas, Ministério Público e Tribunais de Contas.
- Analisar a competência e as atribuições da Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar na supervisão dos RPPS, bem como o funcionamento do processo de emissão do CRP, registro de situação e fiscalização.
- Identificar as responsabilidades legais dos dirigentes e conselheiros nos termos das legislações específicas (Código Penal, Lei de Improbidade Administrativa, Lei de Lavagem de Dinheiro) e as consequências de atos ilícitos ou irregulares.
- Examinar as regras de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64/1990, inclusive quanto às condutas praticadas no exercício de funções no RPPS.
- Reconhecer a importância da transparência e do controle social na prevenção de desvios e na promoção da boa governança previdenciária.

Metodologia

- Exposição dialogada sobre as normas de controle, responsabilidades e sanções.
- Leitura orientada de legislação (Lei de Improbidade Administrativa, Código Penal, LC nº 64/1990, entre outras) e manuais correlatos.
- Estudos de caso ilustrando situações de irregularidades e aplicação de penalidades.
- Debates em grupo sobre boas práticas de controle social e transparência.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (arts. 70 a 75, especialmente).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.
- BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
- BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (inelegibilidades).
- BRASIL. Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (lavagem de dinheiro).
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022 (Capítulo XIII).

Anexo III - Estrutura Curricular do Curso de Capacitação do Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros de Comitê de Investimentos de RPPS – Nível Avançado



Módulo 1 - Estrutura Legal e Normas Regulamentadoras dos RPPS

Este módulo aprofunda o conhecimento sobre a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com ênfase nos princípios e dispositivos previstos pela Lei nº 9.717/1998, pela Portaria MPS nº 1.467/2022 e pela legislação que trata do plano de custeio e da compensação previdenciária entre diferentes regimes. Abordam-se as regras aplicáveis aos segurados e beneficiários, a gestão e a utilização dos recursos do RPPS, bem como as condições para concessão, acumulação e limitação de benefícios. A disciplina contempla ainda os aspectos relativos ao caráter contributivo, aos limites de contribuição e aos parcelamentos de débitos, além das normas específicas que regulam a compensação previdenciária (Lei nº 9.796/1999, Decreto nº 10.188/2019 e Portaria MPS nº 1.400/2024), destacando a adesão ao sistema Comprev e os procedimentos de cálculo, pagamento e revisão.

Disciplina 1 – Legislação e Normas Regulamentadoras dos RPPS	Carga Horária: 12 horas (3 aulas)
Ementa: Esta disciplina aborda a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com ênfase nas normas gerais estabelecidas pela Lei nº 9.717/1998 e pela Portaria MPS nº 1.467/2022, além da legislação que dispõe sobre o plano de custeio e a compensação previdenciária entre regimes. Serão apresentados os dispositivos legais referentes aos segurados e beneficiários, à gestão e à utilização dos recursos do RPPS, bem como as regras de concessão, acumulação e limitação de benefícios. Também serão examinados os aspectos relativos ao caráter contributivo, à base de cálculo, aos limites de contribuição, aos parcelamentos de débitos e às normas que regem a compensação previdenciária (Lei nº 9.796/1999, Decreto nº 10.188/2019 e Portaria MPS nº 1.400/2024), incluindo adesão ao sistema Comprev e procedimentos de cálculo, pagamento e revisão.	
Conteúdo Programático Detalhado: 1. Lei nº 9.717/1998 – Normas Gerais de Organização e Funcionamento dos RPPS 1.1. Abrangência, vedações e diretrizes gerais 1.2. Requisitos mínimos para funcionamento do RPPS 1.3. Fiscalização e competência do Ministério da Previdência Social 2. Portaria MPS nº 1.467/2022 2.1. Segurados e Beneficiários (arts. 3º ao 6º) • Definição de segurados e dependentes • Filiação, inscrição e características da proteção previdenciária 2.2. Gestão dos Regimes Próprios (arts. 71 ao 75) • Organização da unidade gestora • Competências e responsabilidades • Controles internos e externos da gestão 2.3. Utilização dos Recursos Previdenciários (arts. 81 ao 84) • Princípios de aplicação e segurança dos recursos • Vedações e penalidades em caso de uso indevido 2.4. Responsabilidade do Ente Federativo em Caso de Extinção do RPPS (art. 181) • Condições e obrigações para migração ou extinção do regime • Garantias aos segurados e forma de cobertura do passivo previdenciário 3. Benefícios no RPPS	



3.1. Concessão de Benefícios (art. 157)

- Requisitos e condições para aposentadorias, pensões e outros benefícios
- Procedimentos para concessão
- 3.2. Limitação dos Valores dos Benefícios com a Instituição do RPC (art. 158)

- Vínculo do RPPS com o Regime de Previdência Complementar
- Reflexos no teto dos benefícios concedidos
- 3.3. Regras de Acumulação de Benefícios (art. 165)

- Situações em que a acumulação é permitida
- Vedação à acumulação de determinadas prestações
- 4. Plano de Custeio do RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022

4.1. Caráter Contributivo (arts. 7º ao 10)

- Princípios de equilíbrio financeiro e atuarial
- Quem deve contribuir e sobre quais bases
- 4.2. Limites de Contribuição (art. 11)
- Percentuais mínimos e máximos
- Possíveis variações conforme faixas remuneratórias
- 4.3. Base de Cálculo de Contribuições (art. 12)

- Incidência sobre remuneração, proventos e pensões
- Exclusões e isenções
- 4.4. Parcelamento de Débitos (arts. 14 ao 17)

- Procedimentos, prazos e condições para parcelar contribuições devidas
- Penalidades e medidas de cobrança
- 4.5. Dação em Pagamento (art. 187)

- Condições em que o ente pode efetuar pagamento de débitos mediante bens ou direitos
- 4.6. Contribuição dos Segurados Cedidos, Afastados e Licenciados (Capítulo III, Seção V)
- Regras específicas de recolhimento para servidores em outras esferas ou afastados

5. Compensação Previdenciária

5.1. Normas da Compensação Previdenciária

5.1.1. Lei nº 9.796/1999

- Fundamentos jurídicos da compensação entre regimes
- Gestão e operacionalização da compensação
- 5.1.2. Decreto nº 10.188/2019

- Regulamentação da compensação previdenciária
- Competência dos órgãos responsáveis
- 5.1.3. Portaria MPS nº 1.400/2024

5.1.3.1. Disposições Preliminares – Capítulo I

- Finalidade e alcance da portaria
- Definições e diretrizes básicas
- 5.1.3.2. Termo de Adesão ao Comprev e Contrato com a Empresa de Tecnologia – Capítulo II
- Documentação necessária e procedimentos de adesão



- Responsabilidades das partes envolvidas
5.1.3.3. Tempo de Contribuição – art. 10
- Definição do tempo de contribuição válido
- Comprovação do exercício e competências devidas
5.1.3.4. Encaminhamento de Requerimentos – arts. 14 ao 18, 20, 22 e 24 ao 27
- Fluxo de processos e prazos de análise
- Documentação exigida e protocolos de envio
5.1.3.5. Análise de Requerimentos – arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46
- Critérios de elegibilidade
- Competências das instâncias analisadoras
5.1.3.6. Cálculo das Parcelas – arts. 47, 52, 53 e 58
- Base de cálculo, alíquotas e atualização monetária
- Metodologia de apuração dos valores devidos
5.1.3.7. Apuração de Valores – arts. 59, 62, 66, 67 e 68
- Verificação do montante a ser compensado
- Ajustes e eventuais divergências
5.1.3.8. Pagamento – arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78
- Formas de pagamento, prazos e encargos
- Penalidades por inadimplência e condições de quitação
5.1.3.9. Cessação e Revisão – art. 79, 80 e 86
- Hipóteses de encerramento da compensação
- Abertura de processo de revisão e prazos
5.1.3.10. Compensação dos Demais Regimes e Sistemas – arts. 87 e 88
- Aplicação em regimes especiais ou outros sistemas de previdência
- Limites e exigências específicas
5.1.3.11. Disposições Finais e Transitórias – arts. 90, 91, 92, 93 e 94
- Ajustes, revogações e prazos de adaptação

Objetivos da Disciplina

- Compreender as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, com base na Lei nº 9.717/1998.
- Interpretar os artigos da Portaria MPS nº 1.467/2022 relativos a segurados, beneficiários, gestão dos regimes, utilização de recursos e plano de custeio.
- Identificar as regras de concessão e limitação de benefícios, além das situações de acumulação.
- Entender os aspectos fundamentais do caráter contributivo, da base de cálculo das contribuições e da formalização de parcelamentos de débitos.
- Conhecer os procedimentos e rotinas da compensação previdenciária, da adesão ao Comprev ao cálculo e pagamento de valores devidos, incluindo revisão e cessação.

Metodologia

- Aulas expositivas enfatizando a análise dos dispositivos legais e administrativos.
- Leitura orientada de legislações e normativos, com discussão em grupo dos aspectos práticos.



- Estudos de caso sobre situações de concessão de benefícios, parcelamentos, compensação previdenciária e extinção de regime.
- Exercícios práticos de interpretação das regras de custeio, compensação e gestão do RPPS.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998. Dispõe sobre regras gerais para organização e funcionamento dos RPPS.
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022. Regulamenta diversos aspectos de gestão e custeio do RPPS.
- BRASIL. Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999. Dispõe sobre a compensação financeira entre os regimes de previdência.
- BRASIL. Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019. Regulamenta procedimentos de compensação previdenciária.
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.400, de 2024. Disciplina o processo de compensação previdenciária por meio do sistema Comprev.

Módulo 2 - Gestão Atuarial, Contábil e de Investimentos nos RPPS

Este módulo reúne conhecimentos essenciais sobre a gestão atuarial e contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social, bem como a administração de seus recursos financeiros. Na primeira parte, são apresentados os princípios e procedimentos atuariais, com foco na Portaria MPS nº 1.467/2022 e na Lei nº 4.320/1964, além das diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). São discutidos tópicos como equilíbrio financeiro e atuarial, avaliação anual, definição de fluxos, métodos de financiamento, hipóteses atuariais, base cadastral e estratégias de equacionamento de déficit.

Na sequência, aborda-se a legislação e a prática de gestão de investimentos no RPPS, abrangendo a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MPS nº 1.467/2022, com ênfase na definição de política de investimentos, limites de alocação e diversificação de ativos. Estuda-se, ainda, o funcionamento dos diferentes tipos de instrumentos de renda fixa e renda variável, bem como dos fundos de investimento regulados pela Resolução CVM nº 175/2022 (FIF, FIDC, FII, FIP, ETF, entre outros), com atenção para custódia, registro, gestão de riscos, enquadramentos e vedações.

Disciplina 2 – Gestão Atuarial e Contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social	Carga Horária: 9 horas (2 aulas)
Ementa Aborda os principais aspectos da gestão atuarial e contábil no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com base na Portaria MPS nº 1.467/2022, na Lei nº 4.320/1964 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Destaca o equilíbrio financeiro e atuarial, a avaliação atuarial anual, a definição de fluxos, métodos de financiamento, hipóteses atuariais, base cadastral, apuração de custos e compromissos, bem como o equacionamento de déficit e o plano de custeio. Além disso, discute os procedimentos contábeis específicos aplicáveis ao RPPS, incluindo controle orçamentário e execução financeira, de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes.	
Conteúdo Programático Detalhado: 1. Equilíbrio Financeiro e Atuarial (Portaria MPS nº 1.467/2022)	



- 1.1. Conceito de equilíbrio financeiro e atuarial (art. 25)
- 1.2. Noções de sustentabilidade dos RPPS
- 1.3. Importância do equilíbrio para concessão de benefícios
2. Avaliação Atuarial Anual (Capítulo IV, Seção I)
 - 2.1. Objetivos e obrigatoriedade da avaliação atuarial
 - 2.2. Conteúdo mínimo e periodicidade
 - 2.3. Responsáveis técnicos e validação
3. Fluxos Atuariais (Capítulo IV, Seção III)
 - 3.1. Definição dos fluxos de entrada (contribuições) e saída (pagamento de benefícios)
 - 3.2. Projeções atuariais e seus parâmetros
 - 3.3. Impactos do comportamento demográfico e econômico nos fluxos
4. Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento (Capítulo IV, Seção V)
 - 4.1. Diferenças entre regimes de repartição simples, repartição capitalizada e capitalização
 - 4.2. Métodos de financiamento: conceitos e aplicações
 - 4.3. Escolha do método adequado e efeitos na contribuição
5. Hipóteses Atuariais (Capítulo IV, Seção VI)
 - 5.1. Fatores demográficos e biométricos: tábuas de mortalidade, rotatividade, entradas
 - 5.2. Fatores econômicos: taxa de juros, inflação salarial, crescimento do PIB
 - 5.3. Definição, fundamentação técnica e atualização periódica
6. Base Cadastral (Capítulo IV, Seção VII)
 - 6.1. Importância da base de dados para o resultado atuarial
 - 6.2. Coleta, organização e atualização de informações dos segurados
 - 6.3. Qualidade e consistência dos dados: riscos e consequências
7. Apuração dos Custos e Compromissos (Capítulo IV, Seção VIII)
 - 7.1. Metodologia de apuração de passivos
 - 7.2. Formação de reservas matemáticas
 - 7.3. Custo normal e suplementar
8. Plano de Custeio Proposto na Avaliação Atuarial (Capítulo IV, Seção IX)
 - 8.1. Elaboração e aprovação
 - 8.2. Alíquotas de contribuição de servidores e ente federativo
 - 8.3. Adequação às regras de equilíbrio
9. Equacionamento do Déficit Atuarial (Capítulo IV, Seção X)
 - Identificação das causas do déficit
 - Estratégias de equacionamento: aportes, contribuições extraordinárias e prazo
 - Monitoramento e revisão do plano de equacionamento
10. Demonstração de Viabilidade do Plano de Custeio (Capítulo IV, Seção XIV)
 - Objetivos, estrutura e elaboração
 - Parâmetros de sustentabilidade
 - Validação e supervisão
11. Redução do Plano de Custeio (Capítulo IV, Seção XV)
 - Condições para redução de alíquotas
 - Critérios de avaliação e limites legais
 - Registro e acompanhamento
12. Relatório da Avaliação Atuarial (Capítulo IV, Seção XVI)
 - Elementos mínimos do relatório
 - Transparência e divulgação
 - Uso do relatório pelos órgãos de controle



13. Acompanhamento Atuarial (Capítulo IV, Seção XVII)

Monitoramento permanente dos resultados

Obrigações do RPPS e do ente federativo

Revisão das hipóteses e ajustes no plano de custeio

14. Gestão Contábil no RPPS

41.1 Portaria MTP nº 1.467/2022 (Capítulo V, Seção III)

- Regras contábeis específicas para o RPPS
- Normas de transparência, prestação de contas e responsabilidades do gestor

15. Lei nº 4.320/1964 (Títulos VIII e IX)

Controle da Execução Orçamentária (arts. 75 a 82)

- Conceitos de controle orçamentário
- Registros e acompanhamento da execução das despesas e receitas

16. Contabilidade Pública (arts. 83 a 106)

- Principais demonstrações contábeis exigidas
- Princípios e regras aplicáveis à administração pública

17. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III

Item 4.1: Introdução

- Objetivos do MCASP e âmbito de aplicação

Item 4.2.1: Aspectos Gerais

- Conceitos e terminologias

Item 4.2.2: Aspectos Legais

- Fundamentação normativa e alinhamento com as NBC TSP (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público)

Item 4.2.3: Aspectos Orçamentários e Patrimoniais

- Classificação das receitas e despesas
- Patrimônio público, variações patrimoniais, demonstrações contábeis
- IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS
- Aspectos contábeis específicos do RPPS
- Elaboração de relatórios e demonstrações previdenciárias
- Conceitos e terminologias usuais

Objetivos da Disciplina:

- Compreender os requisitos de equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, incluindo metodologias e hipóteses atuariais.
- Dominar as principais etapas da avaliação atuarial anual, a definição de fluxos e métodos de financiamento e o equacionamento de déficit.
- Capacitar-se para elaborar, analisar e acompanhar o plano de custeio, bem como interpretar a demonstração de viabilidade e o relatório da avaliação atuarial.
- Conhecer as regras e procedimentos contábeis específicos, de controle e transparência, aplicáveis ao RPPS, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP.
- Aplicar os procedimentos exigidos por normas como a Portaria MTP nº 1.467/2022, o MCASP e o IPC 14 para assegurar a correta contabilização e prestação de contas.



Metodologia

- Exposição teórica dos fundamentos atuariais e contábeis, relacionando dispositivos legais e exemplos práticos.
- Leituras orientadas das seções da Portaria MPS nº 1.467/2022 e dos capítulos específicos do MCASP e da Lei nº 4.320/1964.
- Estudos de caso que possibilitem simulações de cálculos atuariais, identificação de déficit e elaboração de relatórios contábeis.
- Discussões em grupo acerca de possíveis cenários e desafios de implantação das normas atuariais e contábeis no RPPS.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022.
- BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
- BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Disponível em: site da STN.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS.

Disciplina 3 – Gestão dos Investimentos (Legislação Específica e Fundos de Investimento no RPPS)

Carga Horária: 21 horas (5 aulas)

Ementa

Esta disciplina apresenta os principais conceitos, regras e práticas de investimento no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MPS nº 1.467/2022, com ênfase na política de investimentos, alocação de recursos e limites de aplicação. São estudados os instrumentos de renda fixa e renda variável, incluindo títulos públicos e privados, bem como as características dos fundos de investimento regulados pela Resolução CVM nº 175/2022 (Fundos de Investimento Financeiro, FIDC, FII, FIP, ETFs, entre outros). Também se abordam aspectos técnicos de custódia, registro, gestão de riscos, enquadramentos e vedações, visando garantir transparência, segurança e rentabilidade compatíveis com a natureza previdenciária dos recursos.

Conteúdo Programático Detalhado:

1. Legislação Específica dos Investimentos dos RPPS
 - 1.1. Resolução CMN nº 4.963/2021
 - Da Alocação dos Recursos
 - Da Política de Investimentos
 - Segmentos (Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados, Fundos Imobiliários e Empréstimos Consignados)
 - Limites Gerais, Gestão, Custodiante e Outras Contratações
 - Registro dos Títulos e Valores Mobiliários, Controle das Disponibilidades Financeiras e Medidas em Caso de Desenquadramento
 - Vedações específicas
2. Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35
 - Dos Investimentos dos Recursos



- Da Gestão da Aplicação dos Recursos
- Da Política de Investimentos
- Do Credenciamento de Instituições
- Das Alocações dos Recursos e Avaliação/Monitoramento de Riscos
- Da Categorização dos RPPS e Aplicações em Títulos Públicos
- Precificação dos Ativos
- Transparência, Desenquadramento e Vedações
- 3. Instrumentos de Renda Fixa
 - 3.1. Definição e Características Gerais
 - Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”
 - Formas de remuneração (prefixada e pós-fixada) e principais indicadores
 - Amortização, pagamento de juros e cupom de taxa real
 - Resgate antecipado, vencimento antecipado, opções de compra
- 4. Principais Instrumentos
 - 4.1 Títulos Públicos (LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F)
 - Negociação: mercado primário (leilões) e secundário (balcão)
 - Tesouro Direto: conceito e operacionalização
- 5. Títulos Privados Bancários
 - CDB e Letras Financeiras (LF): conceitos e características
 - Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)
- 6. Títulos Corporativos
 - Debêntures: conceito e características
 - Notas Promissórias: prazos, emissores, liquidez e registro
 - Títulos do agronegócio (CPR, LCA, CDCA, CRA)
 - Títulos do segmento imobiliário (CRI, LCI, CCI)
 - Operações compromissadas e caderneta de poupança
- 7. Fundo Garantidor de Crédito (FGC)
 - Produtos e serviços cobertos, limites de garantia e operacionalização
- 8. Instrumentos de Renda Variável
 - 1. Definição
 - 2. Ações Ordinárias e Preferenciais, ADRs e BDRs, Bônus de Subscrição
 - Conceitos, direitos e distinções
- 9. Oferta Primária e Secundária
- 10. Derivativos (Termo, Futuros, Swaps e Opções)
 - Características formais, negociação, custos e riscos
- 11. Negociação, Liquidação e Custódia
 - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC (benefícios, títulos, funcionalidades)
 - Clearing B3 (conceito, garantias, compensação e custódia)
 - Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB
- 12. Fundos de Investimentos



1. Resolução CVM nº 175/2022 – Parte Geral

- Estrutura, Conceitos de Condomínio e Classes de Fundos (abertos e fechados)
- Segregação Patrimonial, Emissão, Subscrição, Integralização, Resgate e Amortização
- Negociação com Uso Indevido de Informação Privilegiada e Participação Política
- Divulgações (cota, rentabilidade, atos ou fatos relevantes)
- Administração, Gestão, Custódia e Distribuição
- Limites de Composição e Concentração, Gestão de Liquidez, Vedações e Normas de Conduta
- Responsabilidades e Patrimônio Líquido Negativo

13. Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022

- Obrigatoriedades do Administrador, Gestor e Custodiante
- Vedações e Limites de Composição (emissor, modalidade, concentração)
- Tipificação (Renda Fixa, Ações, Cambial, Multimercados, Infraestrutura, etc.)
- Concentração em Crédito Privado, Investimento em Cotas de Outros Fundos, Exposição a Risco de Capital
- Classes Restritas e Previdenciárias

14. Outros Tipos de Fundos (Anexos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022)

- FIDC (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios)
- FII (Fundos de Investimento Imobiliário)
- FIP (Fundos de Investimento em Participações)
- Fundos de Índice (ETF, ETF ASG e Fundos de Índice com cotas negociáveis)
- Fundos Previdenciários

Objetivos da Disciplina:

- Entender a regulamentação aplicável aos investimentos do RPPS, conforme Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MPS nº 1.467/2022.
- Conhecer a estrutura dos diferentes segmentos de aplicação (renda fixa, renda variável, exterior, estruturados e imobiliários), seus limites e vedações.
- Diferenciar as principais características dos títulos públicos e privados, bem como compreender os aspectos técnicos de sua negociação e custódia.
- Identificar as modalidades de fundos de investimento, sua classificação, composição e limites de alocação, conforme a Resolução CVM nº 175/2022.
- Aplicar regras de gestão de riscos, precificação de ativos, enquadramentos e monitoramento permanente no âmbito do RPPS.

Metodologia

- Aulas expositivas sobre legislação, dispositivos das resoluções e normas complementares.
- Estudos de caso para compreensão prática das estratégias de alocação de recursos e limites de investimentos.
- Debates e simulações de cenários de aplicação em diferentes classes de ativos, com análise de riscos, rentabilidade e conformidade.
- Leitura e resolução de exercícios práticos envolvendo fundos de investimento, títulos de renda fixa e variável, além dos procedimentos de custódia e registro.



Bibliografia Básica

- BRASIL. Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021.
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022 (arts. 86 ao 156 e Anexo VIII).
- BRASIL. Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022.
- FABOZZI, Frank J. Fixed income analysis. John Wiley & Sons, 2007.

Módulo 3 - Governança, Compliance e Controle nos RPPS

Neste módulo, serão unificadas as abordagens de governança, ética e compliance aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e os mecanismos de controle, responsabilidades e inelegibilidades previstos na legislação. Inicialmente, os conteúdos envolvem o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão (Pró-Gestão RPPS), as disposições da Portaria MPS nº 1.467/2022 e os requisitos para dirigentes, conselhos e comitê de investimentos. Em seguida, aprofunda-se a análise do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS), a gestão de riscos, a responsabilidade fiduciária e os princípios de governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa), incluindo conceitos como conflito de interesses, ética e integridade.

Também, examinam-se os instrumentos de controle e fiscalização dos RPPS, a atuação de órgãos como Conselho Fiscal, Ministério Público, Tribunais de Contas e Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar, bem como o Processo Administrativo Previdenciário, a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e a importância da transparência e do controle social. São ainda estudadas as regras de responsabilização civil, administrativa e penal dos agentes envolvidos, abordando a Lei de Improbidade Administrativa, a legislação sobre lavagem de dinheiro e os critérios de inelegibilidade.

Disciplina 4 – Certificação Institucional, Governança e Compliance no RPPS	Carga Horária: 9 horas (2 aulas)
Ementa A disciplina trata dos fundamentos de governança, ética e compliance aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), contemplando o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão (Pró-Gestão RPPS), as disposições da Portaria MPS nº 1.467/2022 e os requisitos exigidos para dirigentes, conselhos e comitê de investimentos. Inclui o estudo das premissas de governança corporativa, gestão de riscos e responsabilidade fiduciária, bem como a análise do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS). Aborda princípios como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, com destaque para o conceito de conflito de interesses, dever fiduciário, ética e integridade, visando a assegurar conformidade e eficiência na administração dos recursos previdenciários.	
Conteúdo Programático Detalhado: 1. Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS 1.1. Portaria MPS nº 1.467/2022 – Capítulo XI 1.2. Manual do Pró-Gestão RPPS ● Objetivos e premissas do programa ● Adesão voluntária e dimensões de avaliação ● Níveis de aderência, temporalidade e regularidade previdenciária ● Manutenção e renovação da certificação 2. Requisitos dos Dirigentes e Membros dos Conselhos e Comitê de Investimentos 2.1. Portaria MPS nº 1.467/2022 – Capítulo V, Seção I	



- Formação, experiência e certificação profissional
 - Implicações para o ingresso ou permanência no cargo
 - Penalidades e prazos legais
3. ISP-RPPS (Índice de Situação Previdenciária)
- 3.1. Portaria MPS nº 1.467/2022 – Capítulo XII
- Conceitos e metodologia de classificação
 - Relevância para a avaliação do regime e emissão do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária)
 - Categorização dos RPPS e impactos na governança
4. Ética e Integridade
- 4.1. Conceitos de Ética e Integridade
- Princípios e valores aplicados ao serviço público
 - Implicações na gestão de recursos previdenciários
5. Gestão e Governança
- 5.1. Governança Pública: Conceito e Princípios
- Base legal e finalidade da governança no setor público
 - Governança corporativa no âmbito dos RPPS: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa
6. Estrutura de Governança do RPPS
- Dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão dos recursos, conselho deliberativo, conselho fiscal e comitê de investimentos
 - Atribuições e competências, de acordo com o Manual do Pró-Gestão RPPS
7. Conflito de Interesses
- Conceito e identificação de conflitos
 - Situações comuns que geram conflito de interesses
 - Mecanismos de prevenção e mitigação
8. Dever Fiduciário dos Dirigentes e Conselheiros
- Responsabilidade perante os segurados e beneficiários
 - Boa-fé, diligência, lealdade e transparência
 - Consequências de descumprimento e sanções
9. Gestão de Riscos
- Conceitos e importância da gestão de riscos
 - Como identificar, analisar e responder aos riscos
 - Principais ferramentas e metodologias de gestão de riscos
10. Aplicação prática no RPPS
- Riscos previdenciários, financeiros, administrativos e legais
 - Ciclo de gerenciamento de riscos
11. Programa de Compliance
- Conceito, benefícios e principais elementos
 - Políticas, códigos de conduta e controles internos
 - Treinamento e conscientização



- Auditoria e monitoramento contínuo

Objetivos da Disciplina

- Compreender o Programa de Certificação Institucional e Modernização (Pró-Gestão RPPS) e as diretrizes da Portaria MPS nº 1.467/2022 para a qualificação de dirigentes, conselheiros e comitês de investimentos.
- Analisar a importância do ISP-RPPS como instrumento de avaliação e acompanhamento da situação previdenciária.
- Reconhecer os princípios e valores que norteiam a governança pública, a ética e a integridade, aplicados especificamente aos RPPS.
- Identificar e prevenir conflitos de interesses, cumprindo o dever fiduciário e garantindo a proteção dos recursos previdenciários.
- Entender e aplicar metodologias de gestão de riscos e compliance, fortalecendo a transparência e a responsabilidade na administração dos RPPS.

Metodologia

- Aulas expositivas para apresentar e debater disposições legais e princípios de governança.
- Estudos de caso envolvendo práticas de compliance e gerenciamento de riscos em RPPS.
- Leitura dirigida de portarias, manuais e orientações do Pró-Gestão RPPS.
- Debates em grupo para estimular a reflexão sobre conflitos de interesses, ética e dever fiduciário.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022.
- BRASIL. Manual do Pró-Gestão RPPS.
- BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Disciplina 5 – Controle, Responsabilidades e Inelegibilidades no RPPS

Carga Horária: 9 horas (2 aulas)

Ementa

Foca-se na análise dos mecanismos de controle e fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), conforme previsto na legislação brasileira, assim como na responsabilidade administrativa, civil e criminal dos agentes envolvidos. São examinadas as atribuições do Conselho Fiscal, as normas de auditoria interna, a atuação do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e da Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar. Aborda-se a necessidade de transparência e controle social, a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), o Processo Administrativo Previdenciário e os dispositivos legais que tipificam condutas ilícitas e estabelecem sanções, tais como o Código Penal, a Lei de Improbidade Administrativa, a legislação sobre lavagem de dinheiro e as regras de inelegibilidade.

Conteúdo Programático Detalhado:

1. Controle na Administração Pública
 - 1.1. Conceitos e Objetivos
 - Natureza e abrangência do controle interno e externo
 - Tipos de controle (preventivo, concomitante, posterior)
2. Conselho Fiscal dos RPPS
 - Atribuições dos conselheiros, conforme Manual de Certificação dos Profissionais do RPPS



- Competências de fiscalização, emissão de pareceres e controle interno
- 3. Auditoria Interna (art. 59 da LC nº 101/2000 – LRF)
 - Princípios e funções
 - Papel na prevenção de irregularidades
- 4. Ministério Público (art. 59 da LC nº 101/2000 – LRF)
 - Competências de fiscalização e defesa do patrimônio público
 - Atuação nos casos de ilícitos relacionados ao RPPS
- 5. Tribunais de Contas (art. 59 da LC nº 101/2000 – LRF)
 - Fiscalização das contas e aplicação da lei
 - Emissão de recomendações e sanções
- 6. Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar
 - Lei nº 9.717/1998, art. 9º e Portaria MPS nº 1.467/2022 (arts. 251 a 255)
 - Competências de supervisão, orientação e fiscalização
- 7. Sociedade
 - Transparência pública e controle social
 - Meios de participação e denúncia
- 8. Regulação e Supervisão dos RPPS (Portaria MPS nº 1.467/2022)
 - Competência (arts. 239 e 240)
 - Envio de informações (capítulo XIII, seção I)
 - Emissão do CRP (capítulo XIII, seção III)
 - Registro de situação no extrato previdenciário (capítulo XIII, seção IV)
 - Fiscalização do RPPS (capítulo XIII, seção V)
 - Processo Administrativo Previdenciário – PAP (capítulo XIII, seção VI)
- 9. Responsabilidades e Inelegibilidades
 - 9.1. Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A
 - Requisitos para dirigentes, conselheiros e responsáveis pela gestão de recursos
 - Sanções e penalidades em caso de descumprimento
- 10. Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal)
 - 1. Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária
 - 2. Art. 299 – Falsidade Ideológica
 - 3. Art. 312 – Peculato
 - 4. Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações
 - 5. Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas
 - 6. Art. 317 – Corrupção Passiva
 - 7. Art. 319 – Prevaricação
 - 8. Art. 333 – Corrupção Ativa
 - 9. Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária
- 11. Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)
 - 1. Art. 2º – Agente Público
 - 2. Art. 9º – Atos que importam enriquecimento ilícito
 - 3. Art. 10 – Atos que causam prejuízo ao erário
 - 4. Art. 11 – Atos que atentam contra princípios da Administração Pública



12. Lei nº 9.613/1998

1. Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores
2. Art. 7º – Efeitos da condenação
3. Art. 9º – Pessoas sujeitas ao mecanismo de controle

13. Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º, inciso I

- Regras de inelegibilidade
- Impactos para dirigentes e conselheiros de RPPS

Objetivos da Disciplina

- Compreender as estruturas de controle interno e externo aplicáveis aos RPPS, incluindo o papel do Conselho Fiscal, auditorias internas e externas, Ministério Público e Tribunais de Contas.
- Analisar a competência e as atribuições da Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar na supervisão dos RPPS, bem como o funcionamento do processo de emissão do CRP, registro de situação e fiscalização.
- Identificar as responsabilidades legais dos dirigentes e conselheiros nos termos das legislações específicas (Código Penal, Lei de Improbidade Administrativa, Lei de Lavagem de Dinheiro) e as consequências de atos ilícitos ou irregulares.
- Examinar as regras de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64/1990, inclusive quanto às condutas praticadas no exercício de funções no RPPS.
- Reconhecer a importância da transparência e do controle social na prevenção de desvios e na promoção da boa governança previdenciária.

Metodologia

- Exposição dialogada sobre as normas de controle, responsabilidades e sanções.
- Leitura orientada de legislação (Lei de Improbidade Administrativa, Código Penal, LC nº 64/1990, entre outras) e manuais correlatos.
- Estudos de caso ilustrando situações de irregularidades e aplicação de penalidades.
- Debates em grupo sobre boas práticas de controle social e transparência.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (arts. 70 a 75, especialmente).
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- BRASIL. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.
- BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
- BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (inelegibilidades).
- BRASIL. Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (lavagem de dinheiro).
- BRASIL. Portaria MPS nº 1.467, de 2 de junho de 2022 (Capítulo XIII)

Módulo 4 - Economia, Sistema Financeiro e Instrumentos de Mercado

Neste módulo, o participante tem contato com o arcabouço conceitual e prático do Sistema Financeiro Nacional, incluindo seus órgãos reguladores e as principais instituições financeiras. São abordados conceitos básicos de economia que influenciam a formação de preços e as políticas monetárias, bem como fundamentos de Matemática Financeira, voltados aos regimes de capitalização (simples, composta e contínua) e aos métodos de



análise de investimentos (TIR, VPL, entre outros). Na sequência, explora-se em profundidade o funcionamento do mercado de capitais, contemplando instrumentos de renda fixa e variável, aspectos de precificação, riscos e negociação de títulos públicos e privados, além do estudo de derivativos (futuros, opções, swaps etc.) e suas estratégias. Com isso, o discente passa a avaliar criticamente os riscos e retornos das diversas classes de ativos e a compreender a infraestrutura e as boas práticas de regulação no mercado financeiro.

Disciplina 6 – Sistema Financeiro, Conceitos de Economia e Matemática Financeira	Carga Horária: 9 horas (2 aulas)
Ementa Esta disciplina apresenta o arcabouço do Sistema Financeiro Nacional, incluindo seus órgãos reguladores e as principais instituições financeiras, bem como conceitos básicos de economia que impactam o mercado financeiro e a formação de preços. Abrange ainda os fundamentos de Matemática Financeira, com destaque para regimes de capitalização (simples, composta e contínua), cálculo de valor presente e valor futuro, além de métodos de análise de investimentos (TIR, VPL, entre outros). O objetivo é fornecer aos discentes bases sólidas para a compreensão das operações financeiras, o acompanhamento de indicadores macroeconômicos e a avaliação de projetos de investimento.	
Conteúdo Programático Detalhado 1. Sistema Financeiro Nacional 1.1. Participantes do Mercado • Estrutura do SFN e suas funções • Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais e Bancos de Investimento • Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários • B3 S/A – Brasil, Bolsa e Balcão 2. Órgãos de Regulação e Fiscalização • Conselho Monetário Nacional (CMN) • Banco Central do Brasil (BACEN) • Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 3. Conceitos Básicos de Economia 3.1. Indicadores Econômicos • PIB (Produto Interno Bruto) • Índices de inflação (IPCA, IGP-M) • Taxa de câmbio (PTAX), Taxa SELIC, Taxa DI e TR (Taxa Referencial) 4. Política Fiscal • Necessidade de financiamento do setor público • Implicações sobre a dívida pública 5. Política Cambial • Cupom cambial, reservas internacionais e regimes de taxa de câmbio • Relações entre câmbio, comércio exterior e mercado interno 6. Contas Externas • Balança Comercial, Transações Correntes e Conta de Capital 7. Matemática Financeira	



- Conceitos Fundamentais
- Valor Presente (VP), Valor Futuro (VF), Taxa de Desconto e Diagrama de Fluxo de Caixa
- 8. Regimes de Capitalização
 - Capitalização Simples (proporcionalidade de taxas)
 - Capitalização Composta (equivalência de taxas)
 - Capitalização Contínua
- 9. Desconto
 - Desconto Bancário ou “por fora”: conceitos e aplicações
- 10. Taxa de Juros Nominal e Real
 - Indexadores e Fórmula de Fisher
- 11. Séries de Pagamentos Uniformes
 - Antecipadas e Postecipadas
 - Conceito de perpetuidade
 - Cálculo de montante e valor presente de séries uniformes
- 12. Sistemas de Amortização
 - Tabela SAC (Sistema de Amortização Constante)
 - Tabela Price
 - SAA (Sistema de Amortização Americano)
- 13. Métodos de Análise de Investimentos
 - Taxa Mínima de Atratividade e Custo de Oportunidade
 - Taxa Interna de Retorno (TIR) e TIR Modificada
 - Valor Presente Líquido (VPL) e risco de reinvestimento

Objetivos da Disciplina

- Compreender a estrutura do Sistema Financeiro Nacional, identificando os principais agentes e órgãos reguladores.
- Analisar indicadores macroeconômicos e políticas públicas, reconhecendo seus efeitos sobre o mercado financeiro.
- Aplicar as técnicas de Matemática Financeira nos cálculos de valor presente e valor futuro, utilizando diferentes regimes de capitalização.
- Avaliar investimentos e projetos, determinando taxas de retorno e viabilidade econômico-financeira.
- Desenvolver uma visão integrada dos conceitos de economia, finanças e matemática financeira, favorecendo a tomada de decisões embasadas em fundamentos teóricos e práticos.

Metodologia

- Aulas expositivas e dialogadas, enfatizando legislação, estudos de mercado e aplicações práticas.
- Exercícios numéricos para fixação das técnicas de cálculo financeiro (VP, VF, TIR, VPL etc.).
- Estudos de caso sobre situações reais de investimento e análise de riscos.
- Leitura dirigida de relatórios econômicos, documentos do BACEN, CVM e B3.
- Discussões em grupo para reflexão crítica sobre cenários macroeconômicos e impactos no mercado financeiro.



Disciplina 7 – Instrumentos Financeiros, Mercado de Capitais e Derivativos	Carga Horária: 12 horas (3 aulas)
Ementa A disciplina oferece um panorama aprofundado dos instrumentos financeiros disponíveis no mercado, com ênfase em títulos de renda fixa e renda variável, incluindo aspectos de precificação, riscos e negociações no âmbito nacional e internacional. Aborda a formação das taxas de juros, a influência das políticas monetárias e as características operacionais de títulos públicos e privados. Envolve o estudo de derivativos (futuros, opções, swaps, entre outros) e suas estratégias, bem como aspectos de negociação, liquidação e custódia no mercado financeiro. Destina-se a capacitar o aluno para avaliar, de forma crítica e analítica, os riscos e retornos relacionados às diferentes classes de ativos, além de compreender a infraestrutura, a regulação e as boas práticas do mercado de capitais.	
Conteúdo Programático Detalhado 1. Renda Fixa 1.1. Formação das Taxas de Juros no Brasil • Influência das taxas de juros em empresas e governos • Política Monetária e atuação do COPOM (Comitê de Política Monetária) • Relação entre cenários econômicos e taxas de juros 2. Caderneta de Poupança • Liquidez, rentabilidade, garantias, riscos e tributação 3. Principais Características de Títulos Públicos e Privados • Precificação de Títulos (públicos e privados) • Preço de Mercado (ágio e deságio) • Retorno do Investimento 4. Indicadores de Renda Fixa • Índice de Mercado ANBIMA (IMA-B, IRF-M, IMA-S) • IDkA – Índice de Duração Constante ANBIMA (segmentos Prefixado e IPCA) 5. Estrutura Temporal das Taxas de Juros • Curva de Juros Prefixada • Curva de Cupom Cambial (dólar/euro) • Curva de Cupom de IGP-M e IPCA 6. Estrutura de Negociação de Títulos Públicos e Privados • Leilões de mercado de balcão • Negociação no mercado primário e secundário 7. Tesouro Direto • Conceito e características operacionais 8. Principais Títulos Públicos do Mercado Interno • LTN, LFT, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F • Tesouro Renda+ e Tesouro Educa+ (títulos do Tesouro Direto) 9. Principais Títulos Privados • CDB, RDB, DI, DPGE • Notas Promissórias (NP)	



- Debêntures e Debêntures Incentivadas (Lei nº 12.431/2011)
- Securitização de Recebíveis
- Títulos do Segmento Imobiliário: CRI, LCI, CCI, LIG
- Títulos do Agronegócio: LCA, CDCA, CRA, CPR
- Títulos ASG (Green Bonds, Social Bonds, ODS, Transição Climática)
- Letra Financeira (LF), Letra de Câmbio (LC)
- Operações Compromissadas (lastros e riscos)
- 10. Renda Fixa Internacional
 - Taxas de câmbio: paridades e transferência internacional de recursos
 - Títulos do Tesouro Norte-Americano (T-Bills, T-Notes, T-Bonds, TIPS)
 - Títulos Brasileiros no exterior (Global Bonds, Eurobonds)
 - Outros Títulos (Certificates of Deposit e Commercial Papers)
 - Repos (Repurchase Agreements)
- 11. Riscos em Aplicações de Renda Fixa
 - Risco de Crédito (solvência, inadimplência, spread de crédito)
 - Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Liquidez, Risco País e Risco Cambial
 - Rating e sua influência sobre preços
- 12. Análise de Títulos de Renda Fixa
 - Yield to Maturity, Current Yield e Coupon Rate
 - Relação entre prazos, taxas de juros e risco de crédito
 - Duration de Macaulay e Duration Modificada
- 13. Fundo Garantidor de Créditos (FGC)
 - Produtos e serviços cobertos, limites de cobertura e operacionalização
- 14. Renda Variável
 - 14.1. Ações
 - Tipos, classes e espécies
 - Certificado de Depósito de Ações (UNITS)
- 15. BDRs (Brazilian Depositary Receipts)
 - Patrocinados e não patrocinados
 - Riscos no mercado acionário (volatilidade e liquidez)
- 16. Mercado de Ações
 - Mercado Primário e Secundário: conceitos, funções econômicas, negociação
- 17. Derivativos
 - 17.1. Conceitos Gerais
 - Principais estratégias, riscos e finalidades (hedge, arbitragem, especulação)
- 18. Formas de Utilização
 - Contratos a Termo, Futuros, Swaps e Opções
 - Estrutura, custeio, riscos e aplicação prática
- 19. Negociação, Liquidação e Custódia
 - 19.1. Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC)



- Conceito, funções, benefícios
- Principais títulos custodiados (LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F)

20. Câmara de Liquidação, Compensação e Custódia da B3 (Clearing B3)

- Conceito, funções, títulos e operações custodiadas
- Garantias e benefícios para o investidor

21. Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB)

- Conceito, finalidade e importância para a liquidação das operações

Objetivos da Disciplina

- Compreender a formação das taxas de juros, a precificação de títulos de renda fixa e a relação com cenários econômicos.
- Identificar os diferentes tipos de títulos de renda fixa e renda variável, nacionais e internacionais, avaliando riscos e retornos.
- Analisar estratégias e finalidades de derivativos, suas implicações em hedge, arbitragem e especulação.
- Conhecer os principais mecanismos de negociação, liquidação e custódia no mercado financeiro, incluindo SELIC, Clearing B3 e SPB.
- Avaliar a importância do risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, bem como a atuação do FGC e as agências de classificação de risco.

Metodologia

- Aulas expositivas e dialogadas, enfatizando aspectos teóricos e práticos.
- Estudos de caso para aplicação de conceitos de precificação, análise de risco e definição de estratégias em renda fixa, variável e derivativos.
- Exercícios numéricos de cálculo de preço, yield e duration, entre outros indicadores financeiros.
- Debates e simulações sobre cenários macroeconômicos e decisões de investimento.

Bibliografia Básica

- NETO, Alexandre Assaf. Mercado financeiro. Atlas, 2003.
- GITMAN, Lawrence Jeffrey; MADURA, Jeff. Administração financeira: uma abordagem gerencial. Addison Wesley, 2003.
- BRIGHAM, Eugene F. Administração financeira: teoria e prática. Cengage learning, 2008.
- MANKIW, N. Gregory et al. Introdução à economia. 2005.
- VARIAN, Hal R. Microeconomia-princípios básicos. Elsevier Brasil, 2006.

Módulo 5 - Teoria de Carteiras, Alocação de Ativos e Gestão de Risco

Este módulo reúne os fundamentos da teoria de carteiras, destacando a relação risco-retorno, a diversificação e a construção de carteiras eficientes com base em modelos de alocação estratégica e tática. Ao longo do curso, discute-se o risco sistemático e não sistemático, a fronteira eficiente e o papel de ativos livres de risco, bem como estratégias ativas, passivas e semiativas de gestão. Paralelamente, são apresentadas as principais métricas de avaliação de desempenho, como Alfa, Sharpe e Treynor, e as ferramentas de controle e mensuração de riscos (Value-at-Risk, análise de cenários, Duration, convexidade, entre outras). Dessa forma, o discente compreende como avaliar de forma integrada o desempenho das carteiras, gerenciar riscos e tomar decisões de investimento mais seguras e alinhadas a objetivos de retorno.



Disciplina 8 – Teoria de Carteiras e Alocação de Ativos	Carga Horária: 12 horas (3 aulas)
Ementa A disciplina explora os fundamentos da teoria da utilidade esperada, risco e retorno, assim como a construção de carteiras eficientes, diversificação e adoção de estratégias de alocação de ativos. São examinadas as principais noções de risco sistemático e não sistemático, a fronteira eficiente, e o uso de ativos livres de risco. Além disso, aborda-se como essas ferramentas se traduzem em estratégias ativas, passivas e semiativas de gestão, enfatizando diferentes objetivos de risco e retorno no processo de Asset Allocation (alocação de ativos), distinguindo alocação estratégica e tática, bem como as diferenças entre abordagens dinâmicas e estáticas.	
Conteúdo Programático Detalhado 1. Teoria da Utilidade Esperada 1.1. Definição de Risco e Retorno • Conceitos fundamentais de risco e retorno em finanças • Dominância Estocástica • Critérios de decisão sob incerteza e preferência do investidor • Formato das Curvas de Utilidade Esperada • Saciabilidade e implicações para a escolha do investidor • Aversão, Neutralidade e Propensão ao Risco • Perfis de investidor e impactos na decisão de investimento 2. Fronteira Eficiente 2.1. Diversificação, Risco e Retorno • Formas de composição de carteiras para redução de risco • Risco e Retorno em Carteiras com Dois ou Três Ativos • Cálculo e interpretação de correlações e covariâncias • Curva Envoltória e Carteira de Variância Mínima • Conceito de ponto de menor risco e influência na fronteira • Construção da Fronteira Eficiente • Escolha da carteira ótima para diferentes perfis de risco-retorno 3. A Introdução do Ativo Livre de Risco 3.1. Teorema da Separação • Separação das decisões de investimento em dois estágios • Linha de Mercado de Capitais (Capital Market Line) • Combinação do ativo livre de risco com a carteira de mercado • Efeito da Alavancagem • Possibilidade de expandir ganhos e riscos mediante empréstimos • Relaxamento das Hipóteses • Custos de transação, impostos, vendas a descoberto, financiamentos • Homogeneidade das Expectativas • Implicações para a alocação de recursos em nível agregado 4. Risco Sistemático e Não Sistemático 4.1 Definições • Risco sistemático (de mercado) versus risco não sistemático (específico) • Efeito da Diversificação	



- Redução do risco não sistemático e impacto residual do risco sistemático
- Beta e a Reta Característica
- Relação de um ativo (ou carteira) com o mercado e a medição do risco sistemático
- Beta e a Reta Característica de um Ativo
- Interpretação, usos e limitações

5. Estratégias Básicas de Alocação de Ativos

5.1. Ativa, Passiva e Semiativa

- Objetivos, vantagens e riscos de cada abordagem
- O Papel dos Índices
- Indicadores de referência e métricas de comparação de desempenho
- Classificação e Características das Estratégias
- Aplicações em mercados de renda fixa e variável
- Riscos Incorridos nas Diferentes Estratégias
- Principais variáveis que influenciam as decisões de alocação

6. Asset Allocation

6.1. Objetivos e Características do Asset Allocation

- Equilíbrio entre risco e retorno em diferentes cenários
- Alocação Estratégica e Tática
- Diferenças de horizonte temporal, objetivos e flexibilidade
- Processo de Seleção de Classes de Ativos
- Critérios de diversificação, liquidez e correlação
- Alocação Dinâmica e Estática
- Comparação e implicações sobre reequilíbrio de portfólios
- Processo de Construção de Asset Allocation
- Definição de objetivos, restrições, simulação de cenários e execução.

Objetivos da Disciplina

- Compreender os fundamentos da teoria da utilidade esperada, incluindo diferentes perfis de aversão e propensão ao risco.
- Analisar a fronteira eficiente, construindo carteiras ótimas para minimizar risco e maximizar retorno.
- Avaliar o impacto de um ativo livre de risco no modelo de seleção de carteiras, compreendendo a Linha de Mercado de Capitais e o Teorema da Separação.
- Distinguir risco sistemático e não sistemático, utilizando métricas como beta e entendendo as consequências da diversificação.
- Dominar as principais estratégias de alocação de ativos (ativa, passiva, semiativa) e o processo de Asset Allocation (estratégica e tática).

Metodologia

- Aulas expositivas e dialogadas, focando em exemplos práticos de alocação de ativos.
- Exercícios práticos e uso de planilhas para construção de fronteira eficiente, cálculo de betas e avaliações de risco e retorno.
- Estudos de caso para aplicação de estratégias de alocação (ativa, passiva e semiativa) e uso de ativos livres de risco.
- Debates em grupo sobre cenário macroeconômico e influência na tomada de decisão de portfólio.



Bibliografia Básica

- MARKOWITZ, Harry M. Portfolio selection yale university press. 1968.
- SHARPE, William F. Capital asset prices: A theory of market equilibrium under conditions of risk. The journal of finance, v. 19, n. 3, p. 425-442, 1964.
- BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, A. Investments McGraw-Hill. Nueva York, 2011.
- ELTON, Edwin J. et al. Modern portfolio theory and investment analysis. John Wiley & Sons, 2009.
- LEVY, Haim; SARNAT, Marshall. Capital investment and financial decisions. Pearson Education, 1994.

Disciplina 9 – Avaliação de Desempenho e Gestão de Risco em Investimentos

Carga Horária: 9 horas (2 aulas)

Ementa

A disciplina integra os fundamentos de mensuração e atribuição de desempenho (performance measurement e attribution) com os conceitos e ferramentas de gestão de risco. Cobre o cálculo de retornos (com e sem fluxos externos), a importância e validação de índices de referência (benchmarks) e o uso de métricas ajustadas ao risco, como o Alfa de Jensen, Índice de Sharpe e Treynor. Ao mesmo tempo, aprofunda-se nas diversas categorias de risco (mercado, liquidez, crédito, câmbio etc.) e nas técnicas de mensuração e controle, como Value-at-Risk (VaR), Duration, convexidade e análise de cenários. Essa combinação propicia um entendimento sólido sobre como avaliar o desempenho de carteiras e gerenciar riscos de forma integrada, garantindo a eficiência e a segurança das decisões de investimento.

Conteúdo Programático Detalhado

1. Avaliação de Desempenho (Performance Measurement e Attribution)
 - 1.1. Medição de Desempenho (Performance Measurement)
 - Conceitos gerais e importância na gestão de carteiras
 - Cálculo de Retorno Sem Fluxos Externos
 - Cálculo de Retorno com Fluxos Externos
 - Taxa de Retorno Total
 - Taxa de Retorno Ponderada pelo Tempo (time-weighted rate of return)
 - Taxa de Retorno Ponderada pelo Dinheiro (money-weighted rate of return)
 - Anualização de Retornos
 - Atribuição de Desempenho (Performance Attribution)
 - Conceito e aplicação na identificação dos fatores que explicam o retorno
 2. Índices de Referência (Benchmarks)
 - Conceito e propriedades de um índice de referência válido
 - Tipos de índices de referência
 - Testes de qualidade de um índice
 - Atribuição Macro
 - Visão geral, insumos e análise
 - Atribuição Micro
 - Modelo de fatores fundamentais e decomposição do retorno
 - Atribuição de Desempenho em Renda Fixa
 - Particularidades e principais fatores que explicam retornos nesse segmento



- Avaliação de Desempenho (Performance Appraisal)
- Foco em medidas de avaliação de desempenho ajustadas ao risco
- Alfa de Jensen
- Interpretação e uso no contexto da Teoria de CAPM
- Razão de Treynor
- Relação risco-retorno considerando risco sistemático (beta)
- Índice de Sharpe
- Relação entre retorno em excesso e risco total (desvio-padrão)
- Information Ratio e Tracking Error
- Comparação com o benchmark e monitoramento de dispersão do retorno
- Índice M^2 (Modigliani e Modigliani)
- Ajuste do Índice de Sharpe para facilitar a interpretação do retorno em termos percentuais

3. Fundamentos de Gestão de Risco

1. Definição e Papel da Gestão de Risco

- Importância, objetivos e responsabilidades na instituição
- Tipos de Risco e Ferramentas de Gestão
- Principais categorias: risco de mercado, crédito, liquidez, operacional etc.
- Medidas de Desempenho Ajustadas ao Risco
- Integração com a avaliação de desempenho
- Gestão Integrada de Risco
- Funcionamento de uma área de risco (objetivos, controles, validação de modelos, backtesting)
- Risco de Mercado
 - Volatilidade, Variância e Desvio-Padrão
- Conceitos básicos e implicações no risco de mercado
- Beta
- Relação com o risco sistemático e medições de sensibilidade ao mercado
- Value-at-Risk (VaR)
- Métodos de cálculo: analítico (paramétrico), histórico e Monte Carlo
- Vantagens e limitações, interpretação e uso gerencial
- Benchmark VaR
- Riscos Associados a Títulos de Renda Fixa
- Risco de taxa de juros, curva de juros, resgate antecipado e reinvestimento
- Medidas de sensibilidade: Duration (Macaulay, Modificada, Effective) e Convexidade
- Outros Riscos de Mercado
- Risco de câmbio, risco de inflação, risco de volatilidade, risco de evento, risco soberano
- Risco de Crédito e Risco de Liquidez
 - Risco de Crédito
- Solvência, inadimplência, spread de crédito e probabilidade de default
- Ratings e influência no preço dos ativos
- Risco de Liquidez
- Conceitos, identificação, mensuração e impactos na negociação dos ativos

4. Construção de Carteiras e Gestão de Risco

1. Gestão de Investimentos e Gestão de Risco

- Relação entre decisão de alocação e controle de riscos
- #### 0. VaR da Carteira e de Seus Componentes



- Agregação de riscos e impactos no orçamento de risco
- Orçamento de Risco (Risk Budgeting)
- Distribuição de limites de risco entre as diferentes estratégias e ativos
- Monitoramento de Risco e Medição de Desempenho
- Integração de métricas de risco e retorno no processo decisório
- Stress Testing e Análise de Cenários
- Avaliação de perdas potenciais em situações de estresse macroeconômico
- Risco de Liquidez (reiterado)
- Ferramentas de mitigação e evidências no mercado

Objetivos da Disciplina

- Compreender as técnicas de cálculo de retorno e atribuição de desempenho, identificando o impacto de fluxos externos e processos de avaliação ajustados ao risco.
- Dominar a avaliação de desempenho por meio de benchmarks, reconhecendo os fatores de risco e a qualidade dos índices de referência.
- Identificar e quantificar os principais riscos (mercado, crédito, liquidez, câmbio, entre outros), empregando métricas como VaR, duration, convexidade e backtesting para validação de modelos.
- Aplicar ferramentas de gestão integrada de risco, orçamentação de risco e análise de cenários no contexto de construção e monitoramento de carteiras.
- Analisar o desempenho de carteiras de forma ajustada ao risco, utilizando métricas como Alfa de Jensen, Índice de Sharpe, Treynor e Information Ratio.

Metodologia

- Aulas expositivas e discussões dirigidas sobre legislação, normativas e melhores práticas de mercado.
- Exercícios práticos de cálculo de retornos (time-weighted, money-weighted), VaR, duration e convexidade.
- Estudos de caso sobre atribuição de desempenho e gestão de riscos em cenários reais ou simulados.
- Debates em grupo para a interpretação de resultados de testes de estresse e análise de sensibilidade a riscos múltiplos.

Bibliografia Básica

- MAGINN, John L. et al. (Ed.). Managing investment portfolios: a dynamic process. John Wiley & Sons, 2007.
- JORION, Philippe. Value at risk: the new benchmark for managing financial risk. New York: McGraw-Hill, 1997.
- GRINOLD, Richard C.; KAHN, Ronald N. Active portfolio management. 2000.
- BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, A. Investments McGraw-Hill. Nueva York, 2011.
- ELTON, Edwin J. et al. Modern portfolio theory and investment analysis. John Wiley & Sons, 2009.